

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi  
Santa Maria-RS, CEP 97105-900  
- <https://husm-ufrsm.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23541.000148/2025-99

## 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de Engenharia Clínica, visando à prestação de serviços continuados, incluindo:
- a) Execução do Plano de Gestão da Manutenção (PGM) dos Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH);
  - b) Fornecimento de materiais e insumos necessários à manutenção;
  - c) Elaboração de relatórios técnicos, laudos, consultorias e pareceres;
  - d) Apoio técnico especializado na gestão do parque de equipamentos médicos-assistenciais (EMA) instalados no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM).
- 1.2. Caracteriza-se o serviço em tela como serviço continuado de apoio técnico especializado, passível de execução indireta, destinado a apoiar a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do HUSM/UFSM, observadas a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0 e, subsidiariamente, no que couber, o Decreto nº 9.507/2018.
- 1.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), com base nas normas técnicas vigentes (ANVISA, ABNT, INMETRO) e legislação aplicável.
- 1.4. **Natureza, classificação e regime de execução dos serviços**
- 1.4.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, essenciais à manutenção da integridade do parque tecnológico e à garantia da continuidade dos serviços assistenciais prestados pelo HUSM/UFSM, conforme definição constante no inciso LII do Anexo I do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.
- 1.4.2. Considerando a natureza do objeto, a contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, por envolver atividades técnicas padronizáveis, rotineiras e recorrentes, relacionadas à manutenção, gestão, rastreabilidade, controle técnico e apoio técnico-operacional dos Equipamentos Médico-Assistenciais, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.
- 1.4.3. O objeto não se caracteriza como obra de engenharia, por não envolver construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel. Também não se caracteriza como serviço especial de engenharia, por não demandar solução técnica singular, inovação metodológica ou complexidade excepcional que impeça sua especificação objetiva, tratando-se de serviço técnico especializado, porém padronizável e mensurável por critérios objetivos de desempenho.
- 1.4.4. A contratação adotará **regime de execução misto**, considerando a natureza composta do objeto, que envolve parcela fixa de serviços continuados de Engenharia Clínica com dedicação exclusiva de mão de obra e parcelas variáveis vinculadas à aplicação de peças, materiais, componentes e serviços especializados eventuais.
- 1.4.4.1. A parcela fixa da contratação, correspondente aos serviços continuados de Engenharia Clínica, equipe residente e não residente, estrutura operacional, ferramentas, analisadores, instalações físicas e demais custos permanentes necessários à execução ordinária do objeto, será executada sob regime de **empreitada por preço global**, com pagamento mensal sujeito aos critérios de medição, recebimento, fiscalização e aplicação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR previstos neste Termo de Referência.
- 1.4.4.2. As parcelas variáveis correspondentes à aplicação de peças, materiais e componentes, bem como à execução de serviços especializados eventuais passíveis de subcontratação, serão executadas sob regime de **empreitada por preço unitário**, com pagamento condicionado à efetiva aplicação, medição individualizada, comprovação documental, relatório técnico, autorização da fiscalização e atesto da CONTRATANTE, observados os valores unitários, o BDI aplicável e as demais regras previstas neste Termo de Referência e em seus encartes.
- 1.4.4.3. A adoção do regime misto justifica-se porque a parcela fixa possui natureza continuada, previsível e mensal, enquanto as parcelas relativas a peças, materiais, componentes e serviços especializados possuem natureza eventual, variável e dependente de demanda técnica específica, não sendo possível sua definição exaustiva antecipada quanto à quantidade, frequência e ocorrência. Assim, a medição individualizada dessas parcelas preserva a economicidade, a transparência, a rastreabilidade e a adequada liquidação da despesa.
- 1.4.4.4. A adoção do regime de empreitada por preço unitário para as parcelas variáveis não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do objeto, pela gestão técnica das intervenções, pela qualidade dos serviços prestados, pela garantia das peças e serviços aplicados e pela observância das condições contratuais.
- 1.4.5. **Da suficiência do Termo de Referência como peça técnica para definição do objeto**
- 1.4.5.1. Considerando a natureza da presente contratação, classificada como serviço comum de engenharia, continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra, voltado à execução de serviços de Engenharia Clínica, manutenção, calibração, teste de segurança elétrica, rastreabilidade, gestão técnica e apoio operacional ao parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HUSM/UFSM, entende-se que as especificações técnicas, os métodos de execução, os critérios de medição, os indicadores de desempenho, as obrigações da contratada, a composição dos custos, os encartes técnicos e a matriz de riscos constantes deste Termo de Referência e de seus anexos são suficientes para definir, dimensionar, executar, fiscalizar e avaliar o objeto pretendido.
- 1.4.5.2. O objeto não envolve construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, tampouco demanda solução técnica singular ou desenvolvimento de projeto construtivo específico, tratando-se de serviços técnicos especializados, porém padronizáveis, recorrentes e mensuráveis por critérios objetivos de desempenho.
- 1.4.5.3. Dessa forma, para o caso concreto, este Termo de Referência contempla os elementos técnicos necessários e suficientes à caracterização do objeto e à definição dos métodos de execução, razão pela qual se justifica a **desnecessidade de elaboração de documento autônomo de Projeto Básico**, sem prejuízo da juntada aos autos dos demais documentos técnicos pertinentes, tais como orçamento de referência, planilhas de custos, composição de BDI, encargos sociais, matriz de riscos e documentação de responsabilidade técnica, quando aplicável.
- 1.5. **Da desnecessidade de documento autônomo de Projeto Executivo**
- 1.5.1. Considerando que o objeto da presente contratação foi classificado como **serviço comum de engenharia**, continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra, voltado à execução de serviços de Engenharia Clínica, manutenção, calibração, teste de segurança elétrica, rastreabilidade, gestão técnica e apoio operacional ao parque de Equipamentos Médico-Hospitalares do HUSM/UFSM, avalia-se que a elaboração de documento autônomo de **Projeto Executivo** não se mostra necessária para o caso concreto.
- 1.5.2. As especificações técnicas, os métodos de execução, os critérios de medição, os indicadores de desempenho, os requisitos de rastreabilidade, as obrigações da contratada, os encartes técnicos, a matriz de riscos e os critérios de fiscalização constantes deste Termo de Referência e de seus anexos são suficientes para permitir a adequada execução, acompanhamento, medição e avaliação dos serviços, sem prejuízo à aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.
- 1.5.3. O objeto não envolve construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, tampouco demanda detalhamento de soluções construtivas, montagem de obra, projeto autoral ou desenvolvimento de solução técnica singular. Trata-se de serviço técnico especializado, porém padronizável, recorrente e mensurável por critérios objetivos de desempenho.
- 1.5.4. Dessa forma, com fundamento no art. 127, §3º, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, justifica-se a **dispensa de elaboração de documento autônomo de Projeto Executivo**, sem prejuízo da observância integral das especificações, procedimentos, normas técnicas e demais documentos que compõem este Termo de Referência.
- 1.6. Ressalte-se que, conforme entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 2659/2016 e no Ofício ANVISA nº 954/2016-CG/GADIP, a execução de serviços de engenharia clínica por empresa terceira especializada é legalmente permitida, mesmo que distinta do fabricante dos equipamentos.
- 1.7. A contratação de pessoa jurídica para execução do objeto não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, sendo vedadas relações de pessoalidade, habitualidade, dependência econômica ou subordinação direta, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União e diretrizes da IN SEGES nº 05/2017.
- 1.8. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.
- 1.9. O contrato terá vigência inicial de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que demonstrada a vantajosidade da manutenção contratual, a permanência da necessidade administrativa e o interesse da Administração, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

## 2. DO OBJETIVO

- 2.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade:
- 2.1.1. Estabelecer as diretrizes, obrigações e responsabilidades mínimas necessárias à contratação de empresa especializada para execução de serviços de Engenharia Clínica, conforme os parâmetros técnicos, legais e administrativos definidos no processo licitatório.
- 2.1.2. Garantir a padronização e a rastreabilidade dos serviços prestados, assegurando a conformidade com o Plano de Gestão da Manutenção (PGM), bem como com os demais instrumentos complementares como o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Matriz de Riscos e os documentos normativos aplicáveis.
- 2.1.3. Do alinhamento da contratação ao planejamento institucional
- a) A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais do HUSM/UFSM e da Rede Esberh/HU Brasil, considerando a essencialidade da gestão, manutenção, rastreabilidade e disponibilidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares para a continuidade, segurança e qualidade da assistência à saúde.
  - b) A contratação guarda aderência ao planejamento institucional da unidade, especialmente quanto à necessidade de assegurar a operacionalidade do parque tecnológico, a conformidade com normas sanitárias e técnicas aplicáveis, o suporte ao Plano de Gestão da Manutenção - PGM, a melhoria dos indicadores de disponibilidade e desempenho dos equipamentos e a mitigação de riscos assistenciais decorrentes de falhas, paralisações ou ausência de rastreabilidade das intervenções técnicas.
  - c) A solução também se compatibiliza com os instrumentos internos de planejamento e governança tecnológica em saúde, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Plano de Gestão da Manutenção, o Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde, quando formalizado, e demais diretrizes institucionais aplicáveis à gestão do parque de equipamentos médico-assistenciais do HUSM.
  - d) Dessa forma, a contratação atende ao disposto no art. 32, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, ao explicitar sua justificativa e seu alinhamento aos instrumentos de planejamento e às necessidades estratégicas da Administração.

2.2. A execução dos serviços deverá obedecer integralmente às normas técnicas e regulatórias vigentes, em especial:

- a) RDC ANVISA nº 509/2021;
- b) NBR 15943/2011 (Gerenciamento de Equipamentos para a Saúde);
- c) Normas da ABNT, do INMETRO, MTE e demais órgãos reguladores competentes.

2.2.1. Os manuais técnicos dos fabricantes dos equipamentos deverão ser observados como fonte complementar obrigatória para procedimentos de manutenção, calibração e testes.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação justifica-se pela necessidade do atendimento e da prestação de serviços de Engenharia Clínica especializada de forma contínua, rápida e eficiente para melhor utilização de toda estrutura tecnológica disponível nos Parques de EMH dos Hospitais Universitários, tanto do ponto de vista de redução de custos para a otimização do uso, quanto da disponibilidade de atendimento aos pacientes em todas as atividades assistenciais e intensivas, cirúrgicas, ambulatoriais, laboratoriais, de pesquisa e acadêmica.

3.2. As experiências consolidadas por contratos vigentes praticados em outras Unidades da Rede EBSERH/HU Brasil, e até em outros hospitais públicos federais de porte equivalente em números de leitos, salas cirúrgicas, leitos de UTI adulto e neo-pediátricas, variedades e complexidades das clínicas médicas em diversas atividades, laboratórios diversos inclusive de pesquisas, estruturas acadêmicas de medicina e enfermagem, quantidade, variedade, complexidade e envelhecimento do parque tecnológico do HUSM, fundamentam que essa modalidade e forma de contratação constituem-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a administração/gestão, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público e mantê-lo funcionando adequadamente para atender as atividades afins.

3.3. Considerando que a EBSERH/HU Brasil não dispõe em seu quadro funcional de pessoal nível técnico específico para a execução rotineira dos serviços descritos do PGM, bem como equipamentos de teste e calibração, justificando-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução de planos e de procedimentos de manutenção do plano de gestão da manutenção, indicadores de desempenho e de custo dos EMH.

3.4. A contratação resultará como principais benefícios:

- 3.4.1. Celeridade no reparo do Parque de EMHs, com aplicação de peças e fornecimento de serviços especializados quando necessário, reduzindo o tempo de espera para realização de atendimento, consultas, exames e procedimentos prejudicados pela indisponibilidade de equipamentos.
- 3.4.2. Maior qualidade e presteza no atendimento, provendo desta forma a satisfação e segurança do usuário, agregando economia nos processos de trabalho.
- 3.4.3. Maior segurança aos pacientes e profissionais assistenciais que operam os EMAs, com permanente vigilância e empenho para minimizar riscos de eventos adversos.
- 3.4.4. Acompanhamento pleno de todos os serviços executados no parque tecnológico.
- 3.4.5. Capacitação do corpo clínico para minimizar riscos e dificuldades com utilização dos equipamentos.
- 3.4.6. Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação, tendo como base o previsto pelo fabricante e determinado pelas normas que regem grupos de EMH para garantir a confiabilidade dos diagnósticos e procedimentos médicos, aumentando, assim, a segurança dos procedimentos e diminuindo os riscos envolvidos e eventos adversos.
- 3.4.7. Gestão informatizada do Parque de EMH, possibilitando uma melhor gestão e maior agilidade nas decisões.
- 3.4.8. Criação de indicadores gerenciais para monitorar os trabalhos de gestão de equipamentos e viabilizar os ajustes necessários.
- 3.4.9. Criação de indicadores de custo para promover o controle efetivo e redução dos custos na manutenção do parque tecnológico.
- 3.4.10. Devido à natureza do objeto deste Termo de Referência, que inclui a manutenção de uma vasta gama de EMH, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, aliado à falta de histórico de manutenção e consumo de peças e partes necessárias às manutenções deste conjunto de equipamentos, far-se-ia necessário a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto um valor anual para eventual aplicação de peças e de serviços especializados.

Registro do Histórico de manutenção dos equipamentos, contemplando custos, de modo a respaldar as decisões da Instituição quanto à incorporação de tecnologias e sua desativação, para fins de desfazimento de acordo com o exposto no Decreto nº 99.658/1990, da Casa Civil e 9373 de 11 de maio 2018.

3.4.11. Cumprimento à RDC ANVISA 509/2021, que determina a rastreabilidade dos processos que envolvam tecnologias em saúde, bem como à NBR 15943/2011, que dispõe sobre as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde.

3.4.12. Cabe destacar que, de acordo com o Acórdão TCU nº 2659/2016, o objeto deste Termo de Referência não infringe nenhuma legislação sanitária vigente no país, uma vez que a agência nacional de Vigilância Sanitária não restringe a atuação de empresas especializadas em prestação de serviços técnicos de engenharia clínica que não seja o fabricante. Isso pode ser observado por meio de documento emitido pela própria agência (Ofício nº 954/2016-CG/GADIP/ANVISA, de 25 de julho de 2016. Além disso, o HUSM passa a atender as recomendações da RDC ANVISA nº 509/2021 e a ABNT nº 15943.

3.4.13. A Equipe de Planejamento da Contratação avaliou as atividades previstas para a presente contratação à luz do **Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh/HU Brasil - PCCS 2025/2026**, especialmente quanto aos cargos dos grupos ocupacionais de nível superior, técnico e médio. Verificou-se que, embora algumas atividades possam guardar relação temática com atribuições gerais de cargos como Engenheiro, Técnico, Técnico Administrativo ou Assistente, o objeto da contratação não se confunde com a substituição direta de cargos efetivos ou com a mera alocação de profissionais para desempenho de atividades ordinárias da Administração.

3.4.14. A contratação pretendida consiste em solução integrada de Engenharia Clínica, abrangendo a execução continuada do Plano de Gestão da Manutenção (PGM), o gerenciamento técnico-operacional do parque de equipamentos médico-assistenciais, a manutenção preventiva e corretiva, a rastreabilidade no sistema GETS, o apoio ao recebimento, instalação e testes de aceitação, a operação da Central de Equipamentos, a elaboração de relatórios e laudos técnicos, o fornecimento de materiais, peças, ferramentas, analisadores, simuladores e calibradores, além de eventual subcontratação de serviços especializados de alta complexidade.

3.4.15. Dessa forma, ainda que haja correlação temática entre determinadas atividades e cargos previstos no PCCS, a solução contratual possui natureza especializada, integrada e orientada a resultado, demandando estrutura empresarial própria, responsabilidade técnica, equipe residente, capacidade logística, instrumentos calibrados, fornecimento de insumos e gestão continuada do parque tecnológico. Assim, a execução indireta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente razoável e operacionalmente eficiente, sem configurar substituição indevida de empregados do quadro próprio da Ebserh/HU Brasil.

3.5. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS:

- 3.5.1. Em regra, as licitações devem ser realizadas por item, a fim de preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto nas legislações licitatórias.
- 3.5.2. Ocorre, porém, que se esse procedimento pode causar prejuízo para o conjunto ou complexo da licitação (questões de ordem técnica) ou para a economia de escala (questões econômicas) e, desde que justificado, é perfeitamente possível o agrupamento.
- 3.5.3. No caso em tela, o agrupamento ocorreu exatamente em virtude da viabilização técnica, haja vista a responsabilidade contratual, com o intuito de preservar o máximo possível da rotina das unidades, que poderão ser afetadas por eventuais incompatibilidades entre serviços de diferentes fornecedores.
- 3.5.4. Ressalta-se que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e, ademais, o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de prestação de serviços.
- 3.5.5. Acrescenta-se que o parecer será pelo menor preço global.

4. DA LEGISLAÇÃO E NORMAS

4.1. A execução do objeto contratual deverá observar integralmente a legislação vigente, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a adequação às normas legais e técnicas aplicáveis, incluindo as emitidas por órgãos reguladores, agências especializadas e normas internas da Administração Pública Federal.

4.2. Dentre os principais documentos normativos, destacam-se:

- 4.2.1. **Legislação Sanitária (ANVISA):**
  - a) RDC ANVISA nº 509/2021 – Rastreabilidade de tecnologias em saúde;
  - b) RDC ANVISA nº 02/2010 – Gerenciamento de tecnologias em saúde;
  - c) RDC nº 185/2001; RDC nº 50/2002; RDC nº 32/2007; RDC nº 16/2013; RDC nº 51/2011.
- 4.2.2. **Normas Técnicas e Regulatórias:**
  - a) NBR 15943/2011 – Programa de gerenciamento de equipamentos médicos;
  - b) Normas da ABNT e regulamentos do INMETRO aplicáveis à engenharia clínica;
  - c) Manuais e especificações técnicas dos fabricantes.
- 4.2.3. **Normas Trabalhistas e de Segurança:**
  - a) Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE:
    - I - NR-10 (Segurança em Eletricidade);
    - II - NR-12 (Máquinas e Equipamentos);
    - III - NR-13 (Caldeiras e Vasos de Pressão);
    - IV - NR-32 (Segurança em Serviços de Saúde);
    - V - Lei nº 6.514/1977 e Portaria nº 3.214/1978.
- 4.2.4. **Regulação Contratual e Jurídica:**
  - a) Decreto nº 9.507/2018 – Terceirização de serviços na Administração Pública;
  - b) Instrução Normativa SEGES nº 05/2017 – Regras para serviços com dedicação exclusiva;

- c) Lei nº 13.303/2016 – Estatuto jurídico das empresas estatais;
- d) Acórdão TCU nº 2659/2016 – Legalidade de prestação de serviços de engenharia clínica por empresas terceiras.
- e) Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0.

4.2.5. **Normas Internas e Diretrizes Institucionais:**

- a) Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0;
- b) Diretrizes, procedimentos operacionais e fluxos definidos pelo Setor de Engenharia Clínica do HUSM;
- c) Plano de Gestão da Manutenção – PGM e demais documentos institucionais relacionados ao gerenciamento de tecnologias em saúde;
- d) Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde – PGTS, quando formalizado e aplicável;
- e) Procedimentos internos da Ebserh/HU Brasil e da Superintendência do HUSM relacionados à gestão contratual, segurança assistencial, rastreabilidade, tecnovigilância, patrimônio, desfazimento e incorporação tecnológica;
- f) Requisitos da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – SSOST, conforme ENCARTE O;
- g) Normas e orientações institucionais aplicáveis à infraestrutura física, segurança do trabalho, controle de acesso, identificação de profissionais, utilização de áreas internas, circulação de equipamentos, gestão documental e uso de sistemas institucionais;
- h) Diretrizes internas relativas ao uso do sistema GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde, quando aplicáveis à execução, registro e rastreabilidade dos serviços.

5. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, sanitários, trabalhistas, ambientais e institucionais necessários à adequada execução dos serviços de Engenharia Clínica, de modo a assegurar a continuidade assistencial, a segurança dos pacientes e profissionais, a rastreabilidade das intervenções, a conformidade normativa e a preservação do parque de Equipamentos Médico-Hospitais do HUSM/UFMS.

5.2. Constituem requisitos da contratação, sem prejuízo de outros detalhamentos previstos neste Termo de Referência e seus encartes:

- a) observância integral das normas sanitárias, técnicas, metrológicas, trabalhistas, de segurança ocupacional e institucionais aplicáveis ao objeto;
- b) execução dos serviços por equipe técnica qualificada, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme dimensionamento, formação, experiência e responsabilidades definidas neste Termo de Referência;
- c) manutenção de equipe residente nas dependências do HUSM/UFMS, com cobertura compatível com a criticidade assistencial do parque tecnológico e com a operação contínua da Central de Equipamentos;
- d) disponibilização de ferramentas, analisadores, simuladores, calibradores, equipamentos de apoio, EPIs, uniformes, estrutura física e demais recursos necessários à plena execução do objeto;
- e) registro obrigatório das atividades, chamados, ordens de serviço, manutenções, calibrações, testes de segurança elétrica, movimentações, relatórios e demais intervenções no sistema GETS ou em outro sistema institucional definido pela CONTRATANTE;
- f) garantia de rastreabilidade técnica e documental de todas as intervenções realizadas nos Equipamentos Médico-Hospitais;
- g) observância dos prazos, locais, rotinas, indicadores, níveis de serviço e critérios de medição definidos neste Termo de Referência;
- h) fornecimento de materiais, insumos, peças, acessórios e serviços especializados, quando necessários, conforme regras de autorização, comprovação, pesquisa de preços, aplicação e faturamento previstas neste Termo de Referência;
- i) adoção de práticas de sustentabilidade, descarte adequado, logística reversa, quando aplicável, e destinação ambientalmente correta de peças, materiais e resíduos relacionados à execução contratual;
- j) apoio técnico ao recebimento, instalação, teste de aceitação, desativação, desfazimento, treinamentos, elaboração de relatórios, emissão de laudos e gestão do ciclo de vida dos equipamentos;
- k) garantia de transição contratual, transferência de informações, entrega de banco documental, banco de dados, procedimentos operacionais e demais registros técnicos produzidos durante a execução contratual;
- l) possibilidade de subcontratação parcial apenas para serviços especializados, quando tecnicamente justificada e previamente autorizada pela CONTRATANTE, sem transferência da responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do objeto;
- m) realização de vistoria técnica pelos licitantes, quando adotada no instrumento convocatório, ou apresentação de declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, nos termos previstos neste Termo de Referência;
- n) manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica e econômico-financeira durante toda a execução contratual;
- o) observância das diretrizes institucionais da Ebserh/HU Brasil, dos fluxos do HUSM/UFMS, das normas de acesso, segurança, identificação, circulação interna, sigilo, proteção de dados e uso de sistemas institucionais.

5.3. Os requisitos acima deverão ser interpretados em conjunto com os demais itens deste Termo de Referência, especialmente aqueles relativos à forma de prestação dos serviços, dimensionamento da equipe, ferramentas e analisadores, instalações físicas, indicadores de desempenho, critérios de medição e pagamento, subcontratação, fiscalização e obrigações contratuais.

6. **GLOSSÁRIO TÉCNICO**

6.1. Com o objetivo de padronizar o vocabulário que será utilizado neste Termo de Referência, fica estabelecida a adoção dos seguintes conceitos e definições, cujo entendimento é estrito a esse Termo de Referência e documentos anexos:

Termo	Definição Contratual	Referência Normativa / Técnica
Acessório	Objeto fabricado exclusivamente para integrar um produto para saúde, conferindo característica complementar, sem ser essencial à função principal.	RDC ANVISA nº 185/2001
Apoio Técnico	Conjunto de ações operacionais e analíticas da CONTRATADA para subsidiar a gestão do parque de equipamentos.	Interna
Atendimento Técnico	Ação presencial ou remota para correção de defeito, após registro do chamado.	Interna
BDI	Bonificação e Despesas Indiretas que incidem sobre o custo direto da prestação.	Acórdão TCU nº 2369/2011
Calibração	Conjunto de procedimentos técnicos para assegurar a confiabilidade de medições, com certificado rastreável ao INMETRO.	ISO/IEC 17025 / RBC
Chamado Técnico	Solicitação registrada pela CONTRATANTE para atendimento técnico.	Interna
Custo de Serviços	Composto pelos gastos mensais com postos de trabalho e insumos de manutenção.	Interna
Defeito	Anormalidade que não impede o funcionamento do equipamento.	NBR 5462
Falha	Anormalidade que interrompe a função do equipamento.	NBR 5462
Engenharia Biomédica	Ramo da Engenharia que desenvolve tecnologias para área da saúde.	Interna
Engenharia Clínica	Gestão das tecnologias de saúde durante todo o ciclo de vida dos equipamentos.	ABEClin / Interna
Equipamento Auxiliar	Equipamento de apoio que compõe ou complementa EMHs.	Interna
EMA	Equipamento utilizado em interação direta com o paciente.	Interna
EMH	Equipamento destinado ao diagnóstico, tratamento ou suporte à saúde.	RDC ANVISA nº 751/2022
Equipe Interna	Equipe da Engenharia Clínica do HUSM (própria ou terceirizada).	Interna
Especificação	Conjunto de requisitos técnicos exigíveis de materiais e sistemas.	ABNT
Gestor do Contrato	Servidor da EBSEH/HU Brasil designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.	IN SEGES nº 05/2017
Fiscalização Administrativa	Acompanhamento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.	IN SEGES nº 05/2017
Fiscalização Técnica	Avalia a execução dos serviços quanto à qualidade e conformidade contratual.	IN SEGES nº 05/2017
Ferramentas	Dispositivos físicos aplicados tecnicamente em manutenção.	Interna
Instalações e Sistemas	Conjunto funcional de equipamentos interligados.	Interna
IMR	Instrumento que define e avalia o desempenho contratual por indicadores.	Lei nº 14.133/2021, art. 148
Manutenção	Ações para manter a funcionalidade dos equipamentos sem alterar o projeto.	NBR 5462
Manutenção Corretiva	Reparo após falha para restabelecer o funcionamento.	NBR 5462
Manutenção Preventiva	Ações programadas para prevenir falhas.	NBR 15943/2011
Manutenção Programada	Conjunto de serviços previstos no plano de manutenção.	NBR 15943/2011
Material de Reposição	Peças e insumos usados na manutenção corretiva.	Interna
Nível Básico / Avançado	Critérios de priorização do PGM segundo risco e desempenho.	Interna
Normas Técnicas	Conjunto de especificações e diretrizes da ABNT ou similares.	ABNT
Ocorrência	Evento não previsto na rotina de manutenção.	Interna
Ordem de Serviço (OS)	Registro formal do Chamado Técnico e ações associadas.	Interna
Parte	Item essencial para funcionamento do equipamento.	RDC ANVISA
Peças	Elementos individuais do produto, não considerados produtos médicos isoladamente.	RDC ANVISA
Posto de Trabalho	Local ocupado por profissional com dedicação exclusiva, conforme IN 05/2017.	IN SEGES nº 05/2017
PGM	Conjunto estruturado de ações para gestão da manutenção dos EMHs/EMAs.	NBR 15943/2011
Prazo de Atendimento	Tempo entre o chamado e o primeiro atendimento.	Interna
Prazo de Reparo	Tempo entre o chamado e a conclusão do reparo.	Interna
Preposto	Representante da CONTRATADA que atua na ausência do RT.	IN SEGES nº 05/2017
Qualificação	Testes documentados para validar fornecedores e equipamentos.	ISO 13485
Rastreabilidade	Capacidade de traçar o histórico de um EMH.	RDC ANVISA nº 509/2021
Ronda Geral	Inspeção da CONTRATANTE nos setores com EMHs.	Interna
Ronda Setorial	Inspeção da CONTRATADA em setores críticos com EMHs.	Interna
Serviços Eventuais	Serviços não rotineiros não previstos no escopo regular.	Interna
Tempo de Atendimento	Intervalo entre abertura do chamado e atendimento inicial.	Interna
Tempo de Reparo	Intervalo total para conclusão do serviço após chamado.	Interna
Termo de Início	Documento que autoriza formalmente o início da execução do contrato.	Interna

Teste de Segurança Elétrica	Avalia a conformidade elétrica dos equipamentos com certificado rastreável.	INMETRO
Tempo entre Falhas	Intervalo acumulado entre duas falhas consecutivas.	NBR 5462
Testes Funcionais	Testes que avaliam a função operacional segura de um equipamento.	Interna
Validação	Evidência de que processos e sistemas conduzem aos resultados esperados.	ISO 13485 / RDC ANVISA

7. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELA CONTRATADA:

- 7.1.1. A relação sintética das principais atividades a serem executadas durante a vigência do contrato no Parque de EMH relacionado no "ENCARTE A", são:
- I - **Gestão do Inventário e Cadastro de Equipamentos**
    - a) Cadastramento dos EMH;
    - b) Manter o cadastro e o histórico dos equipamentos, bem como sua organização, rastreabilidade e atualização;
    - c) Receber e registrar todos os chamados via telefone ou software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, de todas as intervenções técnicas nos equipamentos;
    - d) Registrar todas as atividades tais como ordens de serviço, remessas para conserto externo, orçamentos, chamados de visitas técnicas e controle de estoque;
    - e) Apoiar no gerenciamento dos EMAs e EMHs do HUSM.
  - II - **Manutenção Corretiva, Preventiva e Higienização Técnica**
    - a) Executar a manutenção corretiva (reparo) dos equipamentos;
    - b) Adquirir e aplicar Peças e Serviços Especializados, quando necessário nos reparos;
    - c) Subsidiar tecnicamente a CONTRATANTE e na elaboração e executar o Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação aprovado pelo Gestor do Contrato;
    - d) Executar os procedimentos de manutenção preventiva, calibração, teste de segurança elétrica; testes funcionais e rondas setoriais, sendo que tais procedimentos deverão ser apresentados à CONTRATANTE para análise e aprovação;
    - e) Realizar a Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação dos EMH;
    - f) A CONTRATADA deverá limpar, remover manchas, higienizar e envelopar com papel filme equipamentos e acessórios de pequeno porte, antes de serem devolvidos aos usuários;
    - g) A CONTRATADA deverá limpar, remover manchas e higienizar equipamentos de médio e grande porte, antes de serem devolvidos aos usuários.
  - III - **Rondas Técnicas e Apoio a Intervenções de Terceiros**
    - a) Executar o Plano Mensal e Anual de Rondas Setoriais;
    - b) Realizar Rondas Setoriais em locais críticos do hospital.
    - c) Apoiar no acompanhamento das intervenções técnicas em EMH realizadas por outras empresas CONTRATADAS pelo HUSM;
  - IV - **Apoio à Recepção, Aquisição e Gestão Tecnológica**
    - a) Apoiar o recebimento e aceitação dos equipamentos;
    - b) Instalar e desinstalar, ou seja, montagem e desmontagem, dos equipamentos, quando necessário;
    - c) Apoiar no Planejamento, Seleção e Aquisição de novos equipamentos;
    - d) Apoiar na elaboração de especificações técnicas de equipamentos e/ou suas partes, peças e acessórios;
    - e) Apoiar em estudos de viabilidade técnica e econômica, para incorporação de novas tecnologias, e em pareceres de desfazimento e atualização referentes à EMH.
  - V - **Indicadores, Relatórios Técnicos e Planejamento Operacional**
    - a) Apoiar na criação de indicadores gerenciais para monitorar os trabalhos de gestão de equipamentos, realizando o acompanhamento on-line dos indicadores, e criando planos de ação, sempre que necessário, buscando viabilizar os ajustes necessários;
    - b) Apoiar na criação de indicadores de custo para promover o controle efetivo e redução dos custos na manutenção do Parque de EMH;
    - c) Emitir laudos técnicos, quando necessário;
    - d) Elaborar Plano de Ação para as metas cujos indicadores não foram atingidos;
    - e) Emitir Relatórios Periódicos e os solicitados pelo Gestor.
  - VI - **Treinamentos, Qualidade e Certificações Institucionais**
    - a) Apoiar em processos de qualidade (ONA, ISO, Joint Commission, Selo Ebserh/HU Brasil de Qualidade, etc.), tecnovigilância e gerenciamento de riscos;
    - b) Elaborar em conjunto com o Gestor - Engenharia Clínica do HUSM, o Plano Anual de Treinamentos;
    - c) Treinar os usuários de EMH e demais profissionais indicados pela CONTRATANTE.

7.2. CADASTRO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES:

7.3. Todos os Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH) sob responsabilidade da Engenharia Clínica do HUSM deverão estar devidamente cadastrados e atualizados no sistema **GETS - Gerenciamento de Tecnologia para Saúde**, que constitui a ferramenta institucional da Ebserh/HU Brasil para controle técnico e administrativo da tecnologia em saúde.. Esse cadastro deverá conter informações como código de identificação, nomenclatura, situação, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, custo de substituição, data de aquisição, data de instalação, cobertura de garantia ou contrato de manutenção, links para abertura de chamado técnico, etc.;

- 7.3.1. Os equipamentos deverão receber etiqueta, de resistência à álcool e produtos de limpeza hospitalar e durabilidade apropriadas, indicando o código de identificação específico desse cadastro.
- 7.3.2. Esta Etiqueta (TAG) de identificação deverá ser fornecida pela **CONTRATADA** e conterá o código TAG de identificação do equipamento.
- 7.3.3. A etiqueta deverá ser fornecida (impressa no local), e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de material resistente a rotina de higienização, fundo na cor branca ou prata e escrita na cor preta, conforme segue o Exemplo de Modelo de Etiqueta de Identificação ilustrado na "Figura 01";



Figura 01 - Modelo sugerido para etiqueta de identificação

- 7.3.4. **O Contratante deverá etiquetar os acessórios vinculados ao equipamento principal.**
- 7.3.5. Os acessórios principais dos EMHs tais como (cabos de oxímetros, cabo EGC, sonda Ultrassom, fonte, entre outros, deverão receber TAGs denominados "Acessório" com o número ou marca/modelo do EMA ao qual está relacionado, de modo a evitar o trânsito indevido de acessórios, perdas e desconfigurações dos conjuntos, garantindo a rastreabilidade).
- 7.3.6. A **CONTRATADA** deverá manter, junto ao cadastro de EMH, uma qualificação dos EMH em níveis de criticidade, orientados pela Engenharia Clínica da **CONTRATANTE**. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução das atividades;
- 7.3.7. A elaboração da classificação dos EMH em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente:
- a) Classe de Risco, conforme RDC ANVISA 185/2001;
  - b) Procedimento Operacional Padrão do HUSM/EBSERH/HU Brasil;
  - c) Importância Estratégica;
  - d) Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante.
  - e) Necessidade dos setores do hospital.
- 7.3.8. A qualificação do nível de criticidade dos EMH deverá ser definida conforme fluxograma estabelecido pela **CONTRATANTE**, lembrando que a classificação dos EMH poderá mudar a qualquer tempo devido à aquisição de novos EMH, a prestação de novos serviços, a vigência de novas normas etc., devendo a **CONTRATADA** atualizar a qualificação dos EMH envolvidos;
- 7.3.9. A **CONTRATANTE** poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos EMH, devendo a **CONTRATANTE** formalizar junto à **CONTRATADA** os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos EMH;
- 7.3.10. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a **CONTRATADA** deverá realizar a Conferência Total do Cadastro de EMH, que inclui a atualização da qualificação dos EMH, a verificação física dos EMH, e caso necessário a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos EMH;
- 7.3.11. A **CONTRATADA** deverá concluir a Conferência Total do Cadastro de EMH em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, devendo entregar à **CONTRATANTE**, dentro deste prazo, o referido Cadastro, atualizado no programa de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde;
- 7.3.12. Caso, ao término do contrato, a **CONTRATADA** não realize a Conferência Total do Cadastro de EMH, e respectiva entrega à **CONTRATANTE** do Cadastro digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** ficará sujeita a sanções contratuais previstas neste termo de referência e vigentes nas legislações atuais;
- 7.3.13. A **CONTRATADA** será responsável pelo registro de todo e qualquer serviço referente ao Parque de EMH da **CONTRATANTE**, devendo registrar no software dedicado de gestão de Engenharia Clínica todas as informações referentes aos serviços realizados e passíveis de serem demonstrados em relatório eletrônico ou impresso.

7.4. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

- 7.4.1. A cada Equipamento Médico-Hospitalar (EMH) adquirido pela **CONTRATANTE**, ou sempre que um EMH retornar de serviço externo (manutenção, calibração ou validação), a **CONTRATADA**

- deverá apoiar nas atividades de recebimento técnico, conferência, instalação e realização dos testes de aceitação, conforme orientação da Engenharia Clínica do HUSM;
- 7.4.2. O processo de recebimento e aceitação deverá contemplar, no mínimo:
- a) Verificação da integridade da embalagem e das condições físicas do equipamento;
  - b) Conferência da compatibilidade com a ordem de compra ou ordem de serviço;
  - c) Abertura do item e verificação na presença do fornecedor, sempre que possível;
  - d) Instalação ou acompanhamento técnico da instalação do EMH;
  - e) Execução ou acompanhamento dos testes de aceitação;
  - f) Inserção e registro de todas as informações referentes ao recebimento no sistema GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde, com número de protocolo, descrição técnica e status funcional.
- 7.4.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente ao gestor do contrato qualquer entrega sem a devida higienização ou descontaminação, responsabilizando-se pelo isolamento do equipamento até a regularização;
- 7.4.4. Em caso de constatação de danos ou falhas ocasionadas por mau uso, imperícia, inabilidade ou dolo por parte do usuário, a **CONTRATADA** deverá emitir relatório técnico e/ou fotográfico assinado pelo Responsável Técnico da empresa, no prazo máximo de 12 (doze) horas após o evento, informando formalmente à **CONTRATANTE**.
- 7.4.5. Para equipamentos de pequeno e médio porte (até 200 kg), caberá à **CONTRATADA** realizar a **remoção, redistribuição ou transporte interno**, sempre que necessário para fins de instalação, manutenção, calibração, qualificação ou desfazimento.
- 7.4.6. No caso de equipamentos de grande porte, a **CONTRATADA** deverá prestar **assessoria técnica à CONTRATANTE para contratação de transportadora especializada**, se for necessário. O custo do transporte correrá por conta da **CONTRATANTE**, mediante autorização prévia e uso de verba de serviços especializados.
- 7.5. **MANUTENÇÃO CORRETIVA:**
- 7.5.1. Os chamados técnicos deverão ser abertos mediante Solicitação de Serviço de Manutenção Corretiva, realizada por colaboradores da **CONTRATANTE** ou pela própria **CONTRATADA** (por exemplo, durante rondas periódicas), preferencialmente via sistema informatizado. Na ausência de operação do sistema, poderá ser utilizado meio presencial, telefone, sistema interno, e-mail ou outro canal disponível. A **CONTRATADA** deverá registrar todas as informações no sistema GETS – Gerenciamento de Tecnologia para Saúde, fornecido pelo HUSM.
- 7.5.2. Todas as atividades de manutenção corretiva deverão ser integralmente documentadas, com os seguintes dados obrigatórios:
- a) Identificação do equipamento e setor de instalação;
  - b) Defeito relatado e diagnóstico técnico do problema;
  - c) Descrição clara das ações realizadas;
  - d) Identificação do(s) executor(es);
  - e) Datas e horários de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço;
  - f) Intervalo de início-fim de cada etapa da intervenção;
  - g) Peças ou materiais aplicados e seus respectivos valores;
  - h) Número da nota fiscal (quando aplicável);
  - i) Ordem de serviço assinada pelo responsável do setor ao final da intervenção.
- 7.5.3. A **CONTRATADA** será responsável pelo atendimento técnico inicial de todo e qualquer chamado técnico, referente ao Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH) da **CONTRATANTE**.
- 7.5.4. Entende-se por atendimento técnico inicial a realização de ações básicas de verificação no local, tais como inspeções visuais, testes operacionais e identificação de falhas aparentes, inclusive em equipamentos com garantia ou contratos terceirizados. Esses procedimentos se limitam à análise de uso, instalações elétricas ou acessos físicos, sem abertura de equipamentos ou ações que infrinjam as responsabilidades da empresa fornecedora ou de assistência técnica autorizada.
- 7.5.5. A **CONTRATADA** será responsável pela execução da Manutenção Corretiva de Baixa e Média Complexidade, conforme classificação do ENCARTE A, caracterizadas por:
- 7.5.6. Não exigirem conhecimento técnico de projeto de fábrica;
- 7.5.7. Não exigirem mão de obra especializada;
- 7.5.8. Envolverem substituições de peças disponíveis em estoque ou no mercado.
- 7.5.9. A aplicação de serviços especializados, quando necessária, deverá ser providenciada diretamente pela **CONTRATADA**, sem ônus adicional à **CONTRATANTE**.
- 7.5.10. As Manutenções Corretivas de Alta Complexidade serão aquelas que:
- 7.5.11. Exijam conhecimento técnico do projeto de fabricação do equipamento;
- 7.5.12. Demandem mão de obra ou assistência técnica especializada de fábrica;
- 7.5.13. Requeiram substituição de peças não disponíveis no mercado.
- 7.5.14. A **CONTRATADA** poderá aplicar serviços especializados conforme os procedimentos de execução, controle e rastreabilidade previstos neste Termo de Referência, especialmente nos subitens aplicáveis à manutenção corretiva, aplicação de peças, aplicação de serviços especializados e registro das intervenções no sistema GETS.
- 7.5.15. Para fins de utilização de valores eventuais em serviços especializados, a **CONTRATADA** deverá emitir Parecer Técnico com justificativa embasada, indicando a caracterização da alta complexidade, assinado pelo Supervisor de Engenharia Clínica da **CONTRATADA**, e submetido à análise da **CONTRATANTE**.
- 7.5.16. A aplicação de acessórios será considerada eventual apenas em situações emergenciais que comprometam diretamente a funcionalidade do equipamento e, por consequência, a continuidade da assistência à saúde.
- 7.5.17. A aplicação de peças ou materiais de reposição também será considerada eventual nos casos em que seu fornecimento seja essencial à continuidade do serviço. Nestes casos, será obrigatório o Parecer Técnico com justificativa, emitido pelo Supervisor de Engenharia Clínica da **CONTRATADA**.
- 7.5.18. Após toda e qualquer intervenção de manutenção corretiva que implique em alteração de parâmetros técnicos do EMH, a **CONTRATADA** deverá realizar a respectiva calibração, conforme exigências da RDC ANVISA nº 509/2021 e, quando aplicável, do INMETRO, e registrar formalmente o procedimento no histórico do equipamento no sistema GETS, antes de devolver o equipamento ao setor de origem.
- 7.6. **MANUTENÇÃO PROGRAMADA (PREVENTIVA):**
- 7.6.1. A **CONTRATADA** deverá executar os procedimentos operacionais de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica para o Parque de EMH da **CONTRATANTE**, disposto no “ENCARTE A”; sendo que tais procedimentos devem ser apresentados a **CONTRATANTE** para análise e aprovação;
- 7.6.2. A **CONTRATADA** deverá executar o Plano Anual de Manutenção Programada do Parque de EMH da **CONTRATANTE**, de modo a reduzir a incidência de Manutenção Corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, e aumentando a confiabilidade e segurança do Parque de EMH.
- 7.6.2.1. Este plano deve ser divulgado pela **CONTRATADA** para os responsáveis de cada setor envolvido e para os setores, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando nas datas programadas;
- 7.6.3. O Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação do Parque de EMH deverá ser executado com base na classificação supracitada dos EMH em níveis de criticidade, conforme RDC ANVISA 185/2001;
- 7.6.4. A critério da **CONTRATANTE**, o Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação do Parque de EMH poderá também ser desenvolvido, com base tanto na classificação supracitada dos EMH em níveis de criticidade, como também na quantificação fundamentada no histórico de manutenção dos EMH.
- 7.6.5. A **CONTRATANTE** poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de classificação e/ou quantificação, e/ou por outro modelo para desenvolver o Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação, devendo a **CONTRATANTE** acordar e formalizar junto à **CONTRATADA** os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação e/ou quantificação, e/ou o novo modelo adotado para desenvolver o Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação do Parque de EMH da **CONTRATANTE**;
- 7.6.6. Todas as atividades de Manutenção Programada deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (software fornecido pelo HUSM) específico.
- 7.6.7. As Manutenções Preventivas, Calibrações, Testes de Segurança Elétrica, Qualificações e Validações tratadas neste Modelo, agrupadas, deverão ser compostas basicamente, mas não somente, pelos seguintes procedimentos:
- a) Limpeza interna e externa do equipamento;
  - b) Verificação da integridade física e funcional do equipamento;
  - c) Troca de peças e acessórios com vida útil vencida;
  - d) Lubrificação geral;
  - e) Calibração do equipamento;
  - f) Ajuste dos parâmetros, quando necessário;
  - g) Testes de desempenho;
  - h) Teste de segurança elétrica.

- 7.6.8. No Modelo proposto, as Manutenções Preventivas, Calibrações, Testes de Segurança Elétrica, Qualificações e Validações, agrupadas, serão divididas em duas categorias:
- a) ABRANGENTES: Englobam todos os procedimentos supracitados;
  - b) ESPECÍFICAS: Englobam apenas algum ou alguns dos procedimentos supracitados.
- 7.6.9. Todas as Manutenções Preventivas, Calibrações, Testes de Segurança Elétrica, Qualificações e Validações tratadas neste Modelo, agrupadas, serão do tipo abrangente, exceto as Manutenções Preventivas, Calibrações e/ou Testes de Segurança Elétrica, Qualificações e Validações específicas originadas de recomendações, que podem ser do tipo específicas ou abrangentes;
- 7.6.10. A realização de Manutenções Preventivas, Calibrações, Testes de Segurança Elétrica, Qualificações e Validações em famílias de equipamentos, onde todos os seus critérios de classificação tenham prioridade BAIXA, pode representar custos que não implicarão em nenhum benefício significativo à instituição, por isso, foram descartadas dos dois níveis do modelo proposto;
- 7.6.11. A **CONTRATADA** será responsável pela execução de Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Qualificação e Validação quando aplicável no Parque de EMH da **CONTRATANTE**, disposto no “ENCARTE A”;
- 7.6.12. Após realização de cada procedimento de Manutenção Preventiva, Calibração e/ou Teste de Segurança Elétrica, Qualificação, Validação em Equipamento Médico-Hospitalar da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá colocar uma etiqueta no EMH, contendo no mínimo o tipo de serviço, o número do certificado gerado, e do técnico executor, a data de execução e a data da próxima intervenção programada. A etiqueta deverá ser fornecida, e substituída, quando necessário, pela **CONTRATADA**, devendo ser utilizada etiqueta de material resistente a rotina de higienização.
- 7.6.13. A **CONTRATADA** deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à **CONTRATANTE**, os Procedimentos Operacionais de Manutenção Programada elaborados, em formato digital totalmente editáveis;
- 7.6.14. Caso, ao término do contrato, a **CONTRATADA** não realize a entrega à **CONTRATANTE** dos Procedimentos Operacionais de Manutenção Programada, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** ficará sujeita a sanções contratuais, além disto, a **CONTRATANTE** poderá vincular o pagamento da última fatura à conclusão deste serviço.

7.7. **RONDAS SETORIAIS:**

- 7.7.1. A **CONTRATADA** deverá realizar rondas técnicas presenciais em todos os setores do HUSM que possuam Equipamentos Médico-Hospitais (EMH) sob sua responsabilidade contratual, com foco em segurança, integridade funcional e prevenção de falhas.
- 7.7.2. As rondas deverão ocorrer com frequência mínima semanal, podendo ser intensificadas mediante pactuação com a **CONTRATANTE**, e deverão ser registradas no sistema GETS, com vinculação ao setor, data, técnico executor e observações pertinentes.
- 7.7.3. Durante as rondas, a equipe técnica deverá:
- a) Avaliar o funcionamento geral dos EMH em uso;
  - b) Identificar sinais de mau uso, desgaste excessivo, risco de falha ou instalação inadequada;
  - c) Notificar a **CONTRATANTE** sobre não conformidades, propondo ações corretivas com grau de criticidade (baixa, média ou alta);
  - d) Prestar orientações técnicas aos usuários sempre que necessário, registrando tais orientações no relatório de ronda.
- 7.7.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar até o 5º dia útil de cada mês um relatório consolidado das rondas setoriais realizadas no mês anterior, contendo:
- Setores visitados;
  - Datas e horários das rondas;
  - Nome do técnico responsável;
  - EMH inspecionados;
  - Ocorrências identificadas;
  - Recomendações e ações adotadas.
- 7.7.5. A equipe da Engenharia Clínica da **CONTRATANTE** poderá acompanhar as rondas ou auditar os registros conforme critérios de supervisão contratual.

7.8. **ACOMPANHAMENTO DE INTERVENÇÕES TÉCNICAS:**

- 7.8.1. A **CONTRATADA** deverá apoiar a **CONTRATANTE** no acompanhamento técnico e documental de todas as intervenções realizadas por empresas terceirizadas em Equipamentos Médico-Hospitais (EMH) do HUSM, inclusive aquelas oriundas de garantias ou contratos distintos, sempre que os equipamentos estejam sob sua responsabilidade técnica contratual.
- 7.8.2. Caberá à **CONTRATADA**:
- a) Registrar no sistema GETS todas as etapas do processo, desde a abertura até o encerramento do chamado técnico;
  - b) Monitorar a execução dos serviços de terceiros, reportando não conformidades ou atrasos à Engenharia Clínica da **CONTRATANTE**;
  - c) Controlar o recebimento e devolução de peças, com arquivamento digital de notas fiscais e documentos comprobatórios;
  - d) Atualizar o histórico técnico de cada EMH, garantindo a rastreabilidade e a conformidade com os requisitos regulatórios (RDC ANVISA nº 509/2021);
  - e) Apoiar a gestão contratual de terceiros, inclusive quanto à validade de garantias, ciclos de manutenção e desempenho dos fornecedores.
- 7.8.3. O processo deverá estar integralmente documentado e acessível para auditoria técnica, podendo ser fiscalizado pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo.

7.9. **DESATIVAÇÃO E/OU DESFAZIMENTO:**

- 7.9.1. A **CONTRATADA** deverá prestar suporte técnico, em conjunto com a Engenharia Clínica da **CONTRATANTE**, na definição dos critérios para desativação, descarte ou alienação de Equipamentos Médico-Hospitais (EMH), com base em sua obsolescência, risco, inviabilidade técnica ou financeira.
- Deverá ser emitido Relatório Técnico de Desativação, contendo no mínimo:
  - Identificação completa do equipamento (nº de série, patrimônio, marca, modelo e imagem fotográfica);
  - Local de instalação;
  - Justificativa técnica;
  - Data;
  - Nome e assinatura do responsável pela emissão (Técnico da **CONTRATADA**);
  - Validação do responsável do setor e da Engenharia Clínica da **CONTRATANTE**.
- 7.9.2. As causas para desativação poderão incluir, isolada ou cumulativamente:
- a) Obsolescência técnica ou desvantagem operacional;
  - b) Incompatibilidade com novos protocolos clínicos;
  - c) Risco à segurança de pacientes ou operadores;
  - d) Indisponibilidade de peças ou insumos no mercado;
  - e) Inadequação a exigências legais ou sanitárias atualizadas.
- 7.9.3. O laudo técnico deverá ser anexado ao processo SEI de desfazimento patrimonial, conforme exigências da legislação vigente, especialmente o Decreto nº 10.540/2020 e as normas internas da Rede Ebserh/HU Brasil.
- 7.9.4. Os equipamentos desativados deverão ser isolados fisicamente e logicamente (no GETS), com etiquetas de “EM DESFAZIMENTO” até a destinação final. A **CONTRATADA** deverá manter controle atualizado desses bens.
- 7.9.1. A aprovação formal será encaminhada à Unidade de Patrimônio da **CONTRATANTE**, responsável pelos trâmites administrativos de desfazimento ou alienação do bem.
- 7.10. **DOS TREINAMENTOS:**
- 7.10.1. A **CONTRATADA**, sob coordenação da Engenharia Clínica da **CONTRATANTE**, deverá elaborar e executar o Programa Anual de Treinamentos e Educação Continuada, voltado aos usuários dos EMH, com foco em segurança, operação adequada, cuidados preventivos e redução de falhas operacionais, conforme RDC ANVISA nº 02/2010.
- 7.10.2. Os treinamentos deverão priorizar os equipamentos mais críticos, indicados pelo setor assistencial ou pela Engenharia Clínica, abordando:
- Operação segura e eficaz;
  - Interpretação dos manuais do fabricante;
  - Montagem e desmontagem de acessórios;
  - Higienização externa e cuidados com o manuseio.
- 7.10.3. O início do programa deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias após o início do contrato, e a cada 30 (trinta) dias após cada renovação contratual, com cronograma aprovado pela

## CONTRATANTE.

7.10.4. A **CONTRATADA** deverá registrar em relatório padronizado e em sistema GETS:

- Nome dos participantes;
- Carga horária;
- Conteúdo programático;
- Responsável técnico;
- Data e local do treinamento;
- Avaliação de eficácia pós-treinamento.

7.10.5. Situações de erro operacional, acidentes, mau uso ou trocas de protocolos assistenciais deverão ensejar treinamentos emergenciais, que deverão ocorrer em até 5 dias úteis após solicitação da CONTRATANTE.

7.10.6. A demanda por treinamentos poderá ser gerada por qualquer das partes, devendo ser documentada e justificada tecnicamente.

7.10.7. Caberá à **CONTRATADA** apoiar tecnicamente a **CONTRATANTE** em treinamentos fornecidos por fabricantes de novos EMH adquiridos, inclusive durante os processos de instalação.

7.10.8. Todos os treinamentos deverão ser registrados no sistema GETS, com vinculação ao histórico do equipamento envolvido, para fins de rastreabilidade e auditoria.

7.10.9. A **CONTRATADA** deverá sensibilizar os setores assistenciais sobre a importância do uso apenas por profissionais treinados, buscando reduzir riscos operacionais.

7.10.10. A **CONTRATADA** deverá participar ativamente dos treinamentos promovidos por setores como SESMT e SSOST, colaborando com ações institucionais de capacitação e segurança ocupacional.

## 7.11. **GERENCIAMENTO DA CENTRAL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS**

7.11.1. A CONTRATADA será responsável por manter, organizar e operar todas as rotinas da CEQ do Setor de Engenharia Clínica do HUSM, incluindo:

- a) Controle informatizado de entrada e saída de EMH no sistema GETS;
- b) Organização física e identificação padronizada de EMH por status operacional;
- c) Execução de testes funcionais antes da liberação para uso.
- d) Controle e documentação de empréstimos e transferências de equipamentos entre setores.

7.11.2. Para empréstimos ou transferências de EMH às unidades assistenciais, caberá à CONTRATADA:

- a) Receber formalmente os pedidos de empréstimo/transporte via protocolo interno;
- b) Registrar no GETS todas as movimentações, datas, horários, identificação do EMH, setor solicitante, técnico executor e acessórios entregues;
- c) Realizar o acompanhamento da devolução e reavaliação técnica antes da reinserção ao estoque;
- d) Quando o EMH permanecer emprestado por mais de 15 dias, formalizar sua transferência definitiva por meio de processo SEI, com ciência da Engenharia Clínica.

7.11.3. Na organização e controle da CEQ, a CONTRATADA deverá:

- a) Classificar os EMH por status: "Disponível", "Manutenção", "Desativação", "Aguardando Instalação", entre outros;
- b) Implantar sinalização visual padronizada (etiquetas coloridas, QR codes e divisórias físicas por categoria);
- c) Aplicar testes operacionais em todo EMH antes de nova liberação;
- d) Realizar limpeza externa e inspeção visual em todos os equipamentos armazenados.

7.11.4. É expressamente proibido à CONTRATADA ceder, emprestar ou transferir EMH sob controle da CONTRATANTE a terceiros ou outras instituições sem autorização formal da Chefia do Setor de Engenharia Clínica.

## 7.12. **DO FORNECIMENTO DE PEÇAS, APLICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO**

7.12.1. **FORNECIMENTO DE PEÇAS:** O presente contrato prevê uma verba anual correspondente a 2,5% do valor dos equipamentos próprios do parque. Atualmente, o valor dos equipamentos próprios é de R\$ 85.643.665,57. Deste modo, 2,5% desse valor equivale a R\$ 2.141.091,64, para o fornecimento de materiais no HUSM (peças, materiais específicos e acessórios) para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para a execução de serviços complementares de maior especificidade.

7.12.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao Gestor - Engenheiro Clínico do HUSM, relatório em O.S. com diagnóstico da falha e indicação da(s) peça(s) e ser (em) substituída(s), preferivelmente acompanhada de orçamento preliminar, visando à aplicação das peças, podendo a **CONTRATANTE** realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela **CONTRATADA**;

7.12.3. Dada à natureza dos serviços objeto deste contrato, que inclui a manutenção preventiva e corretiva de uma grande diversidade de equipamentos, de distinto grau de complexidade, risco, impacto, categoria e fabricante, faz-se necessário uma amplitude de conhecimentos técnicos e a aplicação de peças de diversas naturezas, cujo detalhamento seria de difícil precisão, motivo do não detalhamento de materiais. Deste modo, os materiais serão aplicados mediante as condições a seguir apresentadas:

7.12.3.1. O valor reservado para peças, consumíveis e acessórios complementares, será aplicado em caráter de demanda, cujo faturamento fica sujeito à identificação da necessidade e a efetiva aplicação da peça, o que deverá ser comprovado por meio de relatório.

7.12.3.2. O valor destinado para aplicação de materiais complementares não será considerado para o pagamento mensal da **CONTRATADA**. Esse valor será faturado somente quando da aplicação da peça ou serviço, que deve ser comprovada por meio de relatório (ordem de serviço e cópia da nota fiscal) e com o devido atesto de profissional do serviço de suporte local e pelo fiscal da **CONTRATANTE**.

7.12.3.3. A aquisição de materiais deverá ser precedida de ampla pesquisa de mercado antes de sua execução conforme os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos, ou justificativa para a obtenção de um ou dois orçamentos, ou, ainda, Carta de Exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo, respeitado o limite de valor de reserva estabelecido. As peças a serem fornecidas no endereço do HUSM em substituição às danificadas deverão ser novas e originais. Nos casos extraordinários, considerando a impossibilidade de aquisição de peça original, será admitida a aplicação de peça genérica ou de marca equivalente à original, desde que garantida sua compatibilidade e segurança.

7.12.3.4. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a **CONTRATADA** deverá apresentar uma carta de exclusividade do fabricante e uma do fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

7.12.3.5. Visando a celeridade nos processos de manutenção e anteendo-se a aplicação de algumas peças ordinárias, tais como: membranas, células de O2, sensores, válvulas, a **CONTRATANTE** poderá indicar a **CONTRATADA** a necessidade de compra destas peças para agilizar futuras aplicações - **Formação de Estoque Mínimo**. Nestes casos, deverá ser justificado pela **CONTRATADA** e pelo Fiscal técnico no relatório de prestação de contas mensal.

7.12.3.6. *É vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado dos equipamentos ou alteração de projetos.*

7.12.3.7. Deverão ser aplicadas apenas peças novas, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de peças reconcondicionadas, recicladas, remanufaturadas, enfim. Provenientes de reutilização de material já empregado.

7.12.3.8. **Peças de pequeno valor (inferior a R\$500,00)**, de aquisição pontual em lojas genéricas de materiais em mercado local, poderão ser adquiridas sem a necessidade de apresentação de 3 orçamentos, desde que autorizado pelo gestor. Nesses casos poderão ser admitidas pesquisas por telefone na presença do fiscal do contato com registro do nome da empresa, data, hora e nome da pessoa com quem foi feito o contato e pesquisas feitas em mídia eletrônica. No entanto, se o Gestor levantar ou receber orçamentos significativamente inferiores, ou seja, com diferença a menor superior a 25%, será descontada na próxima fatura esta diferença.

7.12.3.9. Após apresentação das cotações pela contratada, o Fiscal do Contrato poderá solicitar a aquisição de peça/material/acessório à contratada, que, em caso de autorização, estará obrigada a fornecê-los.

7.12.3.10. A contratada deverá enviar a autorização de faturamento aos fornecedores subcontratados no prazo máximo 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de autorização da aquisição das peças pela Fiscalização do Contrato.

7.12.3.11. **As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para equipamento de alto impacto em diagnóstico e terapia de pacientes, e 30 (trinta) dias corridos para os demais equipamentos, contados a partir da data de autorização do fornecimento pelo Fiscal. Este prazo poderá ser estendido para peças com importação comprovada e relatada no prazo já definido. Na previsão de extrapolação destes prazos, o Contratado deverá apresentar uma solução de continuidade para a situação.**

7.12.3.12. A **CONTRATADA** é responsável pela destinação e descarte de peças ou equipamentos que forem substituídos, desde que não sejam itens com tombamento (patrimônio), obedecendo a normas e legislação ambiental vigentes, o qual ocorrerá por solicitação da Fiscalização e mediante autorização expressa desta. Para bens patrimoniados, o descarte será de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

7.12.3.13. É vedado o uso de veículos do Hospital Universitário de Santa Maria para compra, troca ou pesquisa de materiais.

7.12.4. Sobre o conceito de peças subentende-se: placas de circuito impresso, relés, contadores, circuitos integrados, válvulas eletrônicas, sensores, transdutores, controladores, retificadores, micromotores, atuadores, enrolamentos, teclados, comandos, display, resistências elétricas, baterias, membranas, fontes, módulos amplificadores, portas, tampas, pás, transdutores etc. A lista de peças não é exaustiva.

7.12.5. Não poderão ser adquiridas peças/materiais de reposição e acessórios para equipamentos que não sejam considerados médico-hospitalares.

7.12.6. Não poderão ser adquiridas peças/materiais de reposição e acessórios para equipamentos cobertos por garantia ou por contratos de manutenção em que há a previsão do fornecimento de

peças/materiais de reposição e acessórios.

7.12.7. Não poderão ser adquiridos peças/materiais de reposição e acessórios que não sejam utilizados nas atividades de manutenção englobadas neste edital.

7.12.8. Quanto à forma de negociação do pagamento com a subcontratada:

7.12.8.1. A Contratada poderá negociar com a subcontratada um prazo máximo de 90 (noventa) dias para pagamento, contados a partir da data de entrega da peça ao Hospital.

7.12.8.2. Após a negociação do prazo, a Contratada deverá encaminhar à fiscalização do contrato o comprovante de pagamento em até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo acordado com a subcontratada.

7.12.8.3. Ao término do período de 1 (um) ano de execução contratual, todos os comprovantes de pagamento pendentes referentes aos últimos 12 (doze) meses deverão ser apresentados à fiscalização do contrato em até 30 (trinta) dias.

7.12.8.4. Quando restarem 2 (dois) meses para o encerramento da vigência contratual o prazo máximo de pagamento negociável pela Contratada com a subcontratada será reduzido para 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da peça ao Hospital.

7.12.8.5. Quando restar 1 (um) mês para o encerramento da vigência contratual o prazo máximo de pagamento negociável pela Contratada com a subcontratada será reduzido para 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da peça ao Hospital.

7.13. **FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS CONSUMÍVEIS:**

7.13.1. A **CONTRATADA** assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos.

7.13.2. Os materiais de consumo são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, utilizados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços.

7.13.3. A contratada deverá manter estoque regular dos materiais de consumo e básicos que atenda às necessidades mensais dos serviços de manutenção e operação. Em casos excepcionais de falta de material, a contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para o seu fornecimento.

7.13.4. Sempre que for solicitado pelo Fiscal do Contrato, a contratada deverá fornecer amostras dos materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução, e se necessário, poderá ser submetido à aprovação pelo Fiscal do Contrato.

7.13.5. Entende-se por itens de insumo, de forma exemplificativa: abraçadeiras (nylon e ferro), arruelas, parafusos, buchas, pregos, arrebites, porcas, anéis de pressão, o´rings, gaxetas, chavetas, garrnções de vedação, pinos, água destilada, anéis de pressão, panos, estopa, palha de aço, flanelas, álcool, benzina, fitas soldas, colas diversas (de contato, de madeira, epóxi, super cola, outras), fitas diversas (adesivas, dupla face, isolantes, adesiva reforçada, veda rosca, zebra, outras), vedantes em pasta, secantes, graxas, lixas, óleos lubrificantes, anticorrosivos, spray limpa-contatos, spray anti-umidade (tipo WD-40), vaselina líquida ou graxa, solvente, tintas e esmaltes, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, cabos de alimentação elétrica e de dados, terminais crimper, tubos termo retráteis, solda, componentes eletrônicos (resistores, potenciômetros, capacitores, diodos, transistores, LED's, fusíveis), canetas de marcação permanente, etiquetas em geral, grampos, cliques presilhas necessários, hastes flexíveis de algodão, lâminas diversas (de serra, brocas, estiletes, outros), lâmpadas, lenços de papel para limpeza de lentes e ópticas, livro protocolo, lona plástica, pilhas e baterias, pincel, rolo, plástico filme, plástico bolha, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos. A lista de consumíveis não é exaustiva.

7.13.6. Não poderão ser adquiridos insumos para equipamentos que não sejam considerados médico-hospitalares.

7.13.7. Não poderão ser adquiridos insumos que não sejam utilizados nas atividades de manutenção englobadas neste edital.

7.14. **FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS PARA REPARO, ANALISADORES, SIMULADORES OU CALIBRADORES:**

7.14.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar todos os equipamentos para calibração, qualificação e teste de segurança elétrica, e que deverão permanecer alocados no HUSM em tempo integral (de forma fixa), sem ônus adicional para a CONTRATANTE, (já que estão previstos na composição de custo), além de aparelhos de medição e ferramentas, uniformes, equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva, indispensáveis à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos. A **CONTRATADA** estará obrigada a disponibilizar quaisquer equipamentos, aparelhos e ferramentais que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

7.14.2. Todas as ferramentas e/ou materiais, individuais ou coletivos, deverão ser inventariados e a relação destes estar disponível para consulta e verificação a qualquer momento.

7.14.3. As ferramentas para reparo devem ser capazes de desmontar, remontar, trocar ou ajustar qualquer componente dos equipamentos a serem mantidos como é objeto deste contrato. Outros aparelhos de suporte devem ser considerados, tais como: bancadas, caixas organizadoras, maletas, carrinhos de transporte, lupas com led, apoio de soldas, sacadores, entre outros que facilitem os esforços e agilizem os reparos e preventivas. Os equipamentos devem ser acessados sem danificar parafusos, acoplamentos, carcaças, evitando-se qualquer imprevisto que ponha em risco os técnicos, os usuários e a integridade dos EMA.

7.14.4. Os analisadores devem ser apropriados aos equipamentos médicos críticos e aos de maior número existentes no HUSM, tais como, monitores, oxímetros (incluindo sensores), ventiladores, aparelhos anestésias, cardioversores, eletrocardiógrafos, balanças, esfigmomanômetros, focos, fototerapias, capelas e esterilizadores por UV, centrifugas, incubadoras (diversos parâmetros).

7.14.5. **Todos os analisadores deverão ser calibrados anualmente e os respectivos Certificados rastreáveis pela RBC (Rede Brasileira de Calibração - INMETRO), que deverão ter cópias arquivadas na Unidade ou SEC. A relação dos Analisadores e cópia dos respectivos Certificados deverão ser apresentados até o 30º dia útil do início do contrato.**

7.14.6. A relação mínima de equipamentos permanentes no local (oficina Unidade ou SEC) para análise, calibração e reparo dos EMA, EMH do HUSM encontra-se no **ENCARTE I**.

7.15. **APLICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:**

7.15.1. O contrato em questão prevê uma **verba anual** no valor de **R\$ 650.000,00**, para contratação de serviço especializado a ser aplicado pontualmente em reparo eventual de equipamento no qual a capacitação técnica, complexidade de acesso e ferramental exigido esteja fora dos parâmetros predeterminados neste TR, por exemplo: Óticas e instrumental de vídeo- cirurgias, oftalmológicos, endoscopias, parte eletrônica de ultrassom e equipamentos de Imagem, reparos de microprocessadores e placas de fornecimento sob senhas e códigos de acesso.

7.15.2. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a eventual aplicação de serviços especializados para execução de Manutenção Corretiva de Alta Complexidade em EMH, utilizando para isso o valor previsto para peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência;

7.15.3. Sobre o conceito de serviços especializados subentende-se todo e qualquer serviço que exigir conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica (capacitação especializada), ou a substituição de peças não disponíveis no mercado (que demandam códigos de acesso, protocolos não publicados ou sob reserva de domínio), que demandem ferramental e/ou instrumental complexo e/ou de alto valor ou padrões específicos para calibração, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

7.15.4. **Condições e Prazos para Aplicação de Serviços Especializados:**

7.15.4.1. Quando a **CONTRATADA** julgar necessário o emprego de serviço especializado, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de serviço especializado para a **CONTRATANTE**;

7.15.4.2. A **CONTRATANTE** fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação do(s) serviço(s) especializado(s) indicado(s) pela **CONTRATADA**, e mediante a confirmação desta necessidade a **CONTRATANTE** prontamente autorizará o início do processo de aplicação deste(s) serviço(s) especializado(s) pela **CONTRATADA**;

7.15.4.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar orçamento, visando à aplicação dos serviços especializados, conforme os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos, ou justificativa para a obtenção de um ou dois orçamentos, ou, ainda, Carta de Exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo, podendo a **CONTRATANTE** realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela **CONTRATADA**;

7.15.4.4. A **CONTRATANTE** deverá aprovar formalmente a aplicação dos serviços especializados referente aos orçamentos apresentados, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aplicar o serviço especializado pelo menor valor, dentre os preços orçados;

7.15.4.5. No caso de o serviço especializado ser executado por uma Autorizada do Fabricante, o orçamento deverá ser apresentado ao Fiscal Técnico acompanhado da cópia da "Carta de Exclusividade" com a dispensa da apresentação de outros 2 (dois) orçamentos.

7.15.4.6. Após apresentação das cotações pela contratada, A **CONTRATANTE** poderá aprovar formalmente a aplicação dos serviços especializados referente aos orçamentos apresentados, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aplicar o serviço especializado pelo menor valor, dentre os preços orçados;

7.15.4.7. A contratada deverá enviar a autorização de faturamento aos fornecedores subcontratados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de autorização da realização dos serviços eventuais pela Fiscalização do Contrato.

7.15.4.8. Os serviços especializados a serem aplicados deverão ser prestados a **CONTRATANTE**, com cópia da nota fiscal do serviço especializado para simples conferência do valor de aplicação;

7.15.4.9. **Os serviços especializados deverão ser encaminhados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de autorização do Gestor (contratação após no máximo 2 dias úteis), para o início do processo de aplicação dos serviços especializados pela CONTRATADA.**

7.15.5. O pagamento do Valor de Aplicação de Peças e Serviços Especializados será efetuado mensalmente, somente quando da aplicação e/ou antecipação de peça e quando da aplicação de serviço especializado, nos valores referentes ao total de peças aplicadas e/ou antecipadas no período e o total de serviços especializados aplicados no período mais respectivo BDI incidente, mediante apresentação à **CONTRATANTE**, de respectivo Relatório de Aplicação de Peças e Serviços Especializados do período, e após o devido atesto deste pela **CONTRATANTE**;

7.15.6. O relatório de aplicação de peças e serviços especializados deverá conter a relação de aplicações e/ou antecipações de peças e de aplicações de serviços especializados, com os itens aplicados e/ou antecipados, aplicação, data, valor unitário e total dos itens, mais o respectivo BDI incidente sobre peças e serviços especializados, respectivas cópias das notas fiscais das peças e serviços especializados, e o valor total despendido no período com as aplicações e/ou antecipações de peças e as aplicações de serviços especializados;

a) Os licitantes deverão observar, para fins de referência do valor do BDI aplicável ao objeto da contratação, os parâmetros trazidos pelo art. 9º do [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#), os valores percentuais do quartil médio aplicável à construção de edifícios do [Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#);

b) É admissível a adoção de percentuais distintos do quartil médio, considerando os limites do primeiro e do terceiro quartil, nos casos em que for apresentada justificativa técnica para cada elemento do BDI, considerando eventuais dificuldades específicas do objeto contratado que devem ser categoricamente demonstradas;

c) O valor percentual do BDI para serviços e para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deverá ser reduzido ou excluído, conforme o caso, quando verificado que os preços relativos à execução de serviços especializados ou relativos à aplicação de peças já embutem um ou mais custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais.

7.15.7. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a prestação de garantia total, de no mínimo 90 dias, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada e para todo e qualquer serviço especializado aplicado para execução de Manutenção em EMH da **CONTRATANTE**, a contar da data de entrega da peça ou da data de aplicação da mesma pelo relatório da O.S.



- 7.15.8. Não poderão ser adquiridos serviços especializados para equipamentos que não sejam considerados médico-hospitalares.
- 7.15.9. Não poderão ser adquiridos serviços especializados que não sejam utilizados nas atividades de manutenção englobadas neste edital.
- 7.15.10. Quanto à forma de negociação do pagamento com a subcontratada:
- 7.15.10.1. A Contratada poderá negociar com a subcontratada um prazo máximo de 90 (noventa) dias para pagamento, contados a partir da data de entrega do serviço ao Hospital.
- 7.15.10.2. Após a negociação do prazo, a Contratada deverá encaminhar à fiscalização do contrato o comprovante de pagamento em até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo acordado com a subcontratada.
- 7.15.10.3. Ao término do período de 1 (um) ano de execução contratual, todos os comprovantes de pagamento pendentes referentes aos últimos 12 (doze) meses deverão ser apresentados à fiscalização do contrato em até 30 (trinta) dias.
- 7.15.10.4. Quando restarem 2 (dois) meses para o encerramento da vigência contratual o prazo máximo de pagamento negociável pela Contratada com a subcontratada será reduzido para 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega do serviço ao Hospital.
- 7.15.10.5. Quando restar 1 (um) mês para o encerramento da vigência contratual o prazo máximo de pagamento negociável pela Contratada com a subcontratada será reduzido para 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do serviço ao Hospital.
- 7.16. **SOFTWARE (PROGRAMA DE COMPUTADOR) DEDICADO PARA GESTÃO DE ENGENHARIA CLÍNICA:**
- 7.16.1. A gestão das atividades executadas pela **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, ser realizada com o auxílio de ferramenta de software (fornecido pelo HUSM) dedicado de gestão de Engenharia Clínica, com inserções e atualizações efetuadas pelo coordenador de equipe local e os técnicos quando necessário. Sendo que o acesso para acompanhamento, gerenciamento e fiscalização pelo Gestor, fiscal ou responsável pela Unidade ou SEC, deverá ser possível a qualquer instante, inclusive com acesso pelo celular do tipo smartphone;
- 7.16.2. O software GETS será disponibilizado pela contratante;
- 7.16.3. A contratada deverá realizar ao utilizar o software gestão de equipamentos: Agendamentos de Manutenções Programadas (cadastramento de planos de manutenção), Registro de todas as atividades realizadas em cada Ordem de Serviço (OS), Abertura de OS para ocorrências sinalizadas por outros meios além do GETS (telefone, rondas, etc.), Ensaios de Calibração, Gestão das Ordens de serviço (a transição dos estados deve ser feita pontualmente e ordens de serviço em OSP devem ser encerradas ou transitadas em até 24 horas úteis), atualizar a localização dos equipamentos continuamente, cadastro de Atividade (Hora Técnica), Controle de solicitações de serviços e materiais, Controle de estoque, Preenchimento de Checklist, Anexar todos documentos pertinentes ao histórico da OS ou Equipamentos. A lista de atividades não é exaustiva.
- 7.16.4. O GETS é uma ferramenta em desenvolvimento pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Todas as funcionalidades não disponíveis no sistema deverão ser supridas por software próprio da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a, Módulo de Testes de Segurança Elétrica (ou outros não implementados no GETS). Nestes casos, os relatórios e registros gerados pelo software da CONTRATADA deverão ser anexados ao GETS para consolidação do histórico.
- 7.17. **INDICADORES**
- 7.17.1. A **CONTRATADA** deverá monitorar, registrar e informar os seguintes **indicadores mínimos de desempenho**, com vistas ao acompanhamento contínuo pela Engenharia Clínica::
- a) Tempo médio para realização do 1º atendimento técnico;
- b) Percentual de serviços concluídos no prazo para equipamentos de criticidade alta;
- c) Percentual de serviços concluídos no prazo para equipamentos de criticidade média e baixa;
- d) Percentual de serviços concluídos no prazo com subcontratação de serviços especializados;
- e) Percentual de serviços concluídos no prazo com compra de material;
- f) Adesão ao cumprimento de manutenção programada;
- g) Performance de treinamentos;
- h) Percentual resolatividade da equipe interna;
- i) Tempo máximo de ordens de serviço pendentes;
- j) Quantidade máxima de ordens de serviço pendentes;
- k) Taxa de preenchimento de software;
- l) Índice de disponibilidade de equipamento de criticidade alta;
- m) Índice de disponibilidade de equipamento de criticidade média e baixa.
- 7.17.2. A **CONTRATANTE** definirá as metas e valores referenciais para cada indicador, conforme estabelecido na **Seção 13** deste Termo de Referência.
- 7.17.3. A apuração e o controle dos indicadores serão realizados mensalmente, com base nas regras e penalidades previstas no **ENCARTE G - Indicadores de Desempenho**, podendo ser alterados a qualquer momento por solicitação da **CONTRATANTE** ou da **EBSERH/HU Brasil**.
- 7.18. **RELATÓRIOS**
- 7.18.1. A **CONTRATADA** deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, um relatório baseado em dados técnicos ou gerenciais sobre a situação atual do Parque de EMH, de forma que a **CONTRATANTE** possa definir as estratégias de novas aquisições, substituições de equipamentos obsoletos (abrange EMH com custo de manutenção excessivo), remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender às necessidades de segurança e disponibilidade do parque e demanda assistencial da instituição.
- 7.18.2. A **CONTRATADA** deverá entregar e apresentar à **CONTRATANTE**, até o 10º dia útil de cada mês, o **Relatório Mensal de Serviços**, extraído do sistema **GETS**, contendo obrigatoriamente os seguintes dados:
- 7.18.2.1. Quantidade de ordens de serviço abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço (recebimento, instalação e manutenção corretiva), incluindo percentual de fechadas por abertas/pendentes no período;
- 7.18.2.2. Gráfico de tendência indicando o percentual de manutenções corretivas abertas por fechadas ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;
- 7.18.2.3. Quantidade de Manutenções Programadas abertas, pendentes e fechadas, geral e por tipo de serviço (manutenção preventiva, calibração e/ou teste de segurança elétrica, qualificação, validação), incluindo percentual de Manutenções Programadas executadas por planejadas no período;
- 7.18.2.4. Gráfico de tendência indicando o percentual de Manutenções Programadas executadas por planejadas ao longo dos meses e acumulado por trimestre e do ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;
- 7.18.2.5. Indicação dos custos com peças e serviços pontuais em EMH, geral e por tipo de serviço;
- 7.18.2.6. Comparativo do custo total de manutenção pelo custo de substituição dos EMH, com análise de resultados;
- 7.18.2.7. Quantidade e Percentual de Treinamentos realizados por planejados;
- 7.18.2.8. Relação sintética de peças adquiridas e/ou serviços especializados, juntamente com o serviço de alocação dos mesmos;
- 7.18.2.9. Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste Termo de Referência, com análise de cada resultado, principalmente em relação aos indicadores que estão fora da meta acumulada.
- 7.18.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, até o 10º dia útil do mês subsequente ao encerramento do trimestre civil, o **Relatório Trimestral Consolidado**, contendo:
- 7.18.3.1. Monitoramento da qualidade e satisfação:
- 7.18.3.1.1. A CONTRATADA deverá implementar, sem ônus adicional ao HUSM, um sistema para aferição da satisfação dos usuários (setores assistenciais e de apoio) em relação aos serviços prestados, objeto deste contrato.
- 7.18.3.1.2. A metodologia e as ferramentas da pesquisa (ex: formulário digital, QR Code para avaliação pós-atendimento, pesquisa por e-mail, etc.) deverão ser propostas pela CONTRATADA e submetidas à aprovação do fiscal do contrato em até 30 dias após o início da vigência contratual.
- 7.18.3.1.3. A pesquisa de satisfação deverá ser aplicada de forma contínua ou periódica, de modo a abranger uma amostra representativa dos atendimentos realizados, e deverá avaliar, no mínimo, os seguintes aspectos: a) Tempo de atendimento; b) Qualidade técnica e eficácia na solução do problema; c) Cordialidade, profissionalismo e clareza na comunicação; d) Satisfação geral com o serviço prestado.
- 7.18.3.1.4. A pesquisa será apresentada no relatório e deverá conter, além dos dados brutos e estatísticos (percentuais de aprovação, notas, etc.), uma análise crítica dos resultados, identificação das principais reclamações ou pontos de falha, e um plano de ação com propostas de melhoria para os pontos que apresentarem desempenho insatisfatório.
- 7.18.3.2. Consolidação de todas as informações contidas nos Relatórios Mensais (item 7.18.2), com dados estratificados por mês, acumulado trimestral e comparativo com o mesmo período do ano anterior, incluindo gráficos de tendência e análise de desempenho por indicador;
- 7.18.3.3. Relação dos equipamentos desativados no período, com identificação do motivo, número da O.S. relacionada e laudo técnico conclusivo anexado, quando aplicável.
- 7.18.3.4. Os Relatórios Trimestrais deverão seguir o **template padronizado da CONTRATANTE** e ser validados pela Fiscalização Técnica.
- 7.18.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, até o 15º dia útil de janeiro de cada ano, o **Relatório Anual Consolidado de Desempenho do Serviço**, contendo::
- 7.18.4.1. Consolidação de todas as informações dos Relatórios Trimestrais (item 7.18.3), com dados estratificados por mês, trimestre e acumulado anual, incluindo gráficos de tendência e evolução dos principais indicadores nos últimos dois anos;
- 7.18.4.2. Análise de desempenho dos indicadores mínimos monitorados, conforme definidos neste Termo de Referência e ENCARTE G, com destaque para os resultados que não atingiram as

- metas estabelecidas pela **CONTRATANTE**, contendo:
- a) Justificativas técnicas fundamentadas;
  - b) Propostas de ações corretivas e de melhoria contínua;
  - c) Cronograma de aplicação de ações corretivas, quando cabível.
- 7.18.5. Os relatórios deverão ser apresentado em meio digital estruturado e validado formalmente pela Fiscalização Técnica, como condição para liberação de eventuais pagamentos variáveis;
- 7.19. **DOCUMENTOS**
- 7.19.1. Todos os documentos gerados no escopo contratual deverão atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos mínimos de controle documental:
- a) Logomarca da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**;
  - b) Título (nome) do documento de forma clara e padronizada;
  - c) Codificação única e sequencial do documento;
  - d) Data de criação e/ou última atualização;
  - e) Número de páginas;
  - f) Assinatura;
  - g) Número da revisão, obedecendo a sequência 0, A, B, C... ;
  - h) Índice de revisão que tem que possuir o descritivo da alteração e partes atingidas, n° do item, nomes dos membros responsáveis pela elaboração, revisão e aprovação dos documentos, conforme quadro abaixo:

Tabela 01 - Índice de revisão			
Índice de Revisão			
Revisão	Descrição e/ou folhas atingidas		
	Revisão 0	Revisão A	Revisão B
Data:			
Elaborado por:			
Revisão			
Aprovado por:			

7.20. Os documentos deverão ser preferencialmente elaborados, armazenados e disponibilizados via e-mail ou outro sistema de gestão documental homologado pela **CONTRATANTE**. A ausência de qualquer documento obrigatório, ou inconsistência de versões, poderá acarretar **glosa de pagamento** ou **sanções contratuais**, nos termos deste Termo de Referência.

7.21. **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:**

- 7.21.1. As atividades terão início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses;
- 7.21.2. A **CONTRATADA** deverá seguir o seguinte **Cronograma de Atividades**:
- a) Fase 1: do 1º ao 15º dia, a contar da assinatura do contrato;
  - b) Fase 2: do 1º ao 30º dia;
  - c) Fase 3: do 1º ao 60º dia;
  - d) Fase 4: do 1º ao 90º dia;
  - e) Fase 5: a partir do 91º dia até o fim do contrato.

7.21.3. A tabela abaixo apresenta a o Cronograma de Implantação do Serviço com a descrição das atividades de cada Fase que deverá ser seguida pela **CONTRATADA**:

TABELA 02 - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO					
Descrição das Atividades	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
Apresentação de uniforme e EPI a serem fornecidos;					
Apresentar a Equipe Residente, definir o Horário dos profissionais, além de apresentar o contato do sobreaviso.					
Apresentação das peças e materiais usuais;					
Apresentação de ferramentas listadas no <b>ENCARTE I</b> ;					
Apresentação de Analisadores e Simuladores classificados com status “uso regular” listados no <b>ENCARTE I</b> - Analisadores e Simuladores;					
Estruturar as instalações físicas na instituição para desenvolvimento do serviço contratado;					
Execução de Manutenção Corretiva e de Rondas Setoriais;					
Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos.					
Levantamento do histórico dos equipamentos e entrega à fiscalização do contrato, trimestralmente					
Elaboração do Plano anual de Treinamentos					
Elaboração do Plano anual de Manutenção Programada (para serviços internos e externos)					
Desenvolver todas as atividades pactuadas no escopo da contratação.					

7.21.4. Atrasos e/ou descumprimentos pela **CONTRATADA**, nas etapas previstas no cronograma de implantação, estarão sujeitas às penalidades tratadas no item 24: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

7.22. **DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

- 7.22.1. No tocante aos aspectos relativos ao direito à propriedade intelectual dos documentos a serem elaborados e utilizados na gestão dos EMH tais como cadastros, procedimentos operacionais, manuais, fluxogramas, planos de contingência, etc., bem como os dados gerados da utilização do software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, não cabe a **CONTRATADA** seus direitos vistos serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste Termo de Referência.
- 7.22.2. Todo o material produzido para atender às demandas do **CONTRATANTE** será de propriedade da EBSEH/HU Brasil, podendo estes inclusive, ser objeto de disponibilização para as outras filiais da rede.
- 7.22.5. Sempre que a **CONTRATANTE** demandar que a **CONTRATADA** disponibilize os arquivos em versão editável ou em extensão .pdf, a **CONTRATADA** deverá atender em até 3 dias úteis.
- 7.22.6. A **CONTRATADA** deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à **CONTRATANTE**, o Banco de Documentos elaborado e o Banco de Dados gerado, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume do Banco de Documentos em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis e 01 (um) volume do Banco de Dados em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis.
- 7.22.7. Caso, ao término do contrato, a **CONTRATADA** não realize a entrega à **CONTRATANTE** do Banco Documentos e/ou do Banco de Dados, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** ficará sujeita a sanções contratuais, administrativas e penais previstas neste Termo de Referência e demais legislações vigentes.
- 7.22.8. A **CONTRATADA** deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da prestação dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a **CONTRATANTE**.

7.23. **GERENCIAMENTO DO PARQUE DE EMH**

7.23.1. A **CONTRATADA** deverá apoiar a **CONTRATANTE** no gerenciamento do EMH, devendo acompanhar o andamento e a qualidade dos serviços, e manter o registro de todas as intervenções realizadas nos EMH da **CONTRATANTE**.

7.24. **POSTOS DE TRABALHO DA CONTRATADA**

- 7.24.1. O dimensionamento da equipe para prestação das atividades de Engenharia Clínica será, devendo assegurar-se de que será suficiente para o cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seu **Instrumento de Medição de Resultado**;
- 7.24.2. A Equipe da **CONTRATADA** deverá ser composta de Equipe Residente, ou seja, fixa e prestando expediente no local e horário de prestação do serviço e de Equipe Não Residente (caso assim for dimensionado), ou seja, não fixa no local de prestação do serviço, porém sempre acessível para atender demandas da **CONTRATANTE** conforme estabelecido neste Termo de Referência;
- 7.24.3. A **CONTRATANTE** acessará a equipe não residente preferencialmente por meio de contato telefônico, videoconferência e por e-mail. Os contatos devem ser disponibilizados pela

**CONTRATADA** no contrato. Podem ser agendadas reuniões por meio de videoconferência ou presenciais, sendo **as presenciais limitadas a no máximo 6 por vigência contratual e demandadas a pedido da CONTRATANTE**.

- 7.24.4. A Equipe Técnica Residente deverá atender a quantidade de postos de trabalho e requisitos de formação e experiência, em conformidade com o Item 'Da Forma de Prestação de Serviço' deste Termo de Referência.
- 7.24.5. O quantitativo de postos informados no quadro "postos de trabalho residente mínima", são os mínimos obrigatórios para a prestação integral dos serviços objeto deste Termo de Referência, ficando facultado à **CONTRATADA** disponibilizar quantitativo de postos superior ao mínimo obrigatório, seja no caso de férias, afastamento por doença, reforço para atingir metas estabelecidas pela CONTRATANTE sem custo adicional ao contrato.
- 7.24.6. O profissional designado como preposto formalmente indicado pela CONTRATADA deverá demonstrar capacidade gerencial além de conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela **CONTRATADA** e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização do contrato.
- 7.24.7. Para composição da equipe técnica não serão aceitos profissionais com vínculo de estágio com a **CONTRATADA** para ocupar o quantitativo listado no QUADRO "Equipe Técnica Residente".
- 7.24.8. A remuneração dos profissionais deverá ser compatível com as preconizadas pelo CREA, CFT, Associação de Classe e/ou Sindicato da região. A comprovação destas remunerações mínimas e compatíveis com as atividades e capacidades de cada profissional será obrigatoriamente fiscalizada no conjunto de itens da Fiscalização Administrativa do Contrato.
- 7.24.9. Para a estimativa para determinação do número mínimo de postos utilizou-se como parâmetro a média de 400 a 500 equipamentos por técnico alocado. Essa estimativa não inclui o Supervisor de Engenharia Clínica / Responsável Técnico, auxiliares e técnicos plantonistas para operacionalização da Central de Equipamentos. Além disso, considerou-se a avaliação do Setor de Engenharia Clínica do HUSM, levando em conta as demandas atuais de equipamentos parados aguardando reparo, a quantidade e complexidade do parque funcional a ser mantido (incluindo manutenções preventivas, calibrações, testes de segurança e eventuais reparos), bem como a quantidade de equipamentos em enfermarias, UTIs Neo/Ped e Adulto, salas de cirurgia e RPAs, salas de pequenos procedimentos (como dermatologia, endoscopia, ginecologia, urologia), laboratórios (patologia, análises clínicas e pesquisas acadêmicas), salas de exames clínicos e de imagem. Também foram consideradas as condições gerais de conservação e funcionamento do parque e da infraestrutura do prédio, inaugurado em 1969. Desta forma, considerando um total aproximadamente de 4.700 equipamentos, e a média de 450 equipamentos/técnico, a necessidade de postos de trabalho foi dimensionada para 10 técnicos de manutenção, incluindo o supervisor. Esta metodologia é comumente observada na literatura e utilizada em inúmeros serviços de saúde para dimensionamento de equipes de engenharia clínica.
- 7.24.10. **QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS DE TRABALHO:**

PROFISSIONAL NÃO RESIDENTE		
Profissionais/Categorias	CBO	Quantitativo
Supervisor de Engenharia Clínica	Engenheiro Biomédico (CBO 2144380), Engenheiros Eletricistas, Eletrônicos e Afins (CBO 2143); Engenheiros mecânicos e afins (CBO 2144)	1
ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS		QUALIFICAÇÃO MÍNIMA
<ul style="list-style-type: none"><li>Manter permanente contato com a fiscalização da <b>CONTRATANTE</b>, visando otimização de metas e objetivos, principalmente relacionados ao IMR;</li><li>Assessorar a <b>CONTRATANTE</b> na elaboração do PGM, fluxos e procedimentos operacionais, bem como na elaboração de especificações para aquisição de equipamentos e serviços de engenharia, apresentando pesquisa de mercado entre as possibilidades disponíveis, com comparação entre as opções e efetuando estimativas de custos para apreciação da <b>CONTRATANTE</b>, de acordo com a RDC/ANVISA n. 02 de 2010;</li><li>Aplicar treinamentos aos Técnicos para adequação dos conhecimentos básicos necessários à manutenções preventivas, reparos, calibração e testes de segurança pertinentes em todo o parque de equipamentos que ficará coberto pelo contrato.</li><li>Aplicação de treinamentos nos casos de Técnicos substitutos, atualização tecnológica de algum fabricante, divulgação de recalls, ampliação do parque de equipamentos, inclusão de novas tecnologias e em outras situações dessa ordem.</li><li>Assegurar o cumprimento dos cronogramas, objetivos e metas a serem cumpridos pela <b>CONTRATADA</b> e dos padrões de qualidade e segurança recomendados;</li><li>Assinar os Relatórios mensais da <b>CONTRATADA</b> na condição de RT. Assinar relatórios especiais referentes à falhas de equipamentos, irrecuperabilidade de equipamentos, relatório para fundamentar um laudo de baixa, relatórios de aquisição de peças e contratação de serviços especializados (justificar a impossibilidade técnica da <b>CONTRATADA</b>).</li><li>O <b>Supervisor de Engenharia Clínica</b> deverá comparecer presencialmente ao hospital <b>um vez ao mês</b>, observando os seguintes critérios:<ul style="list-style-type: none"><li><b>Distribuição temporal:</b> A visitas técnicas devem estar distribuídas ao longo dos 12 (doze) meses de vigência do contrato, de modo a assegurar o acompanhamento contínuo e regular das atividades. Não será considerado válido o cumprimento da cláusula mediante comparecimentos em períodos concentrados. Exemplo: Uma única estadia que abranja os dias 31/10 e 01/11 não configura duas visitas, mesmo que os dias pertençam a meses distintos.</li><li><b>Duração mínima:</b> Cada visita deve ter <b>duração suficiente</b> para que o profissional cumpra suas obrigações contratualmente estabelecidas.</li><li><b>Comprovação:</b> O profissional deverá apresentar relatório ou documento que comprove a realização das visitas, incluindo data, horário e atividades desenvolvidas.</li></ul></li></ul>		Graduação em Engenharia com especialização e/ou mestrado/doutorado em Engenharia Clínica, ou Formação de nível superior em Engenharia Biomédica e/ou Tecnologia de Sistemas Biomédicos e Hospitalares, em cursos regularmente reconhecidos pelo MEC e especializações ou pós-graduações compatíveis, em cursos regulamentados pelo MEC.  Possuir registro vigente no Conselho Regional de Engenharia (CREA), nas formações específicas, com experiência mínima comprovada de 3 anos em EAS, e deverá apresentar sua ART de Cargo/Função.

PROFISSIONAL RESIDENTE				
Profissionais/Categorias	CBO	Quantidade mínima	Regime	Atribuições mínimas
<b>Encarregado/Supervisor local de Manutenção</b>  Graduação em Tecnologia em Saúde/Sistemas Biomédicos ou Engenharia, em cursos regularmente reconhecidos pelo MEC.  Ter experiência mínima de 3 (três) anos na área de Engenharia Biomédica ou em atividades de manutenção correlatas ao escopo deste termo de referência e comprovação de Registro vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).	Gerente de Manutenção e Afins (CBO 2143)	1	Presencial, horário comercial, segunda a sexta-feira, 40h semanais.	<ul style="list-style-type: none"><li>Coordenar a manutenção dos EMAs, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, supervisionado pelo Fiscal do Contrato ou responsável pelo Setor de Engenharia Clínica;</li><li>Atuar como coordenador e supervisor direto dos demais técnicos designados pela <b>CONTRATADA</b>;</li><li>Apoiar no desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução dos mesmos quando necessário;</li><li>Apoiar as tarefas de caráter técnico, relativas ao planejamento, avaliação e controle da manutenção dos equipamentos biomédicos;</li><li>Manter permanente contato com a fiscalização da <b>CONTRATANTE</b>, visando otimização de metas e objetivos;</li><li>Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características dos equipamentos, para determinar o melhor plano de trabalho;</li><li>Apoiar e elaborar planejamento de manutenção e especificações, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da <b>CONTRATANTE</b>;</li></ul>

O profissional deverá pertencer ao quadro funcional ou societário da empresa <b>CONTRATADA</b>				<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparar programa de trabalho, elaborando cronogramas e fiscalização do desenvolvimento dos serviços;</li> <li>Assessorar a <b>CONTRATANTE</b> na área de engenharia clínica pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam: elaboração de projetos básicos, assessorias técnicas, periciais, de fiscalização, de supervisão e gerenciamento de serviços;</li> <li>Auxiliar na elaboração e assinar o Relatório Mensal de Manutenção;</li> <li>Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li> <li>Participar de reuniões de alinhamento estratégico com o Chefe do Setor de Engenharia Clínica ou demais setores e unidades do HUSM/EBSERH/HU Brasil, sempre que necessário.</li> </ul>
<p><b>Auxiliar Administrativo ou de Escritório</b></p> <p>Ensino médio completo.</p> <p>Possuir 6 (seis) meses de experiência profissional na área de apoio administrativo, escritório ou compras, com comprovação na CTPS.</p> <p>Ter capacidade de expressar-se com clareza e objetividade, tanto na linguagem falada como escrita.</p> <p>Possuir domínio de informática (ferramentas Office® e navegação em Internet).</p>	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos (CBO 4110)	2	Presencial, horário comercial, segunda a sexta-feira, 40h semanais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Auxiliar a Supervisão do Serviço em atribuições administrativas;</li> <li>Receber as solicitações de chamados técnicos;</li> <li>Gerar e distribuir Ordens de Serviço para a área técnica, conforme orientações da Supervisão Técnica do serviço ou pela Chefia do Setor de Engenharia Clínica;</li> <li>Receber dos técnicos as Ordens de Serviço, com as respectivas informações dos serviços prestados por esta, e realizar o registro destas informações no software dedicado de gestão de Engenharia Clínica; Comunicar a <b>CONTRATADA</b> sobre demanda de treinamento ou apoio da sede para algum técnico ou a todos.</li> <li>Acompanhar e dar retorno aos setores sobre a situação atual dos serviços de manutenção;</li> <li>Controlar e registrar a entrada e saída de equipamentos do Setor de Engenharia Clínica, conforme orientação da <b>CONTRATANTE</b>;</li> <li>Organizar arquivos físicos e digitais de processos e documentos;</li> <li>Auxiliar nos processos administrativos de aquisição de peças;</li> <li>Auxiliar administrativamente a Coordenação do Serviço na prestação de contas;</li> <li>Entrega de documentos;</li> <li>Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li> <li>Seguir os fluxos estabelecidos pela <b>CONTRATANTE</b></li> </ul>
<p><b>Técnico em Manutenção e Reparação de Equipamentos Biomédicos - Nível III</b></p> <p>Formação em curso Técnico em Eletrônica, Eletrotécnica, Automação, Mecânica, Mecatrônica ou em Equipamentos Biomédicos, em curso regularmente reconhecido pelo MEC, e comprovação de Registro vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).</p> <p>Possuir 6 anos de experiência como técnico na área de atuação manutenção de equipamentos médicos-assistenciais ou atuando em serviços de Engenharia Clínica com comprovação na CTPS.</p> <p>Ter conhecimento básico de informática. Possuir experiência com manutenção de equipamentos médicos- assistenciais, em uma ou mais das seguintes áreas: Terapia Intensiva, Centro Cirúrgico, Oftalmologia, Análises Clínicas, Anatomia Patológica, Radiologia.</p> <p>Ter capacidade de expressar-se com clareza e objetividade, tanto na linguagem falada como escrita.</p>	Técnico em manutenção e reparação de equipamentos (CBO 9153)	1	Presencial, horário comercial, segunda a sexta-feira, 40h semanais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar os serviços técnicos de manutenção corretiva em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Acompanhar os serviços realizados em EMH por outras empresas vinculadas a <b>CONTRATANTE</b>;</li> <li>Registrar todo e qualquer serviço executado, e/ou acompanhado, em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Executar manutenção preventiva, calibração e teste de segurança elétrica dos EMH e/ou odontológicos pactuados nos Planos de Manutenção;</li> <li>Executar Rondas Setoriais, emitir e Assinar os documentos comprobatórios desta atividade;</li> <li>Executar Movimentação de equipamentos e embalagens, sempre que necessário, respeitando as limitações ergonômicas;</li> <li>Executar preparação de volumes/embalagens de equipamentos, peças ou acessórios para transporte interno ou externo;</li> <li>Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes;</li> <li>Orientar colaboradores da <b>CONTRATANTE</b> quanto à operação de EMH;</li> <li>Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de natureza técnica;</li> <li>Efetuar a organização de arquivos técnicos;</li> <li>Identificar e cadastrar todo o sistema e equipamentos;</li> <li>Efetuar a organização do local de trabalho, como bancada técnica, ferramentas e equipamentos do setor;</li> <li>Realizar o transporte interno de equipamentos quando necessário;</li> <li>Acompanhar e Promover a capacitação do Apoio Técnico;</li> <li>Realizar a indicação de solicitação de aplicação de peças e/ou ferramentas para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li> <li>Realizar a indicação de aplicação de serviços especializados para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li> <li>Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li> <li>Seguir os fluxos estabelecidos pela <b>CONTRATANTE</b>.</li> </ul>
<p><b>Técnico em Manutenção e Reparação de Equipamentos Biomédicos - Nível II</b></p> <p>Formação em curso Técnico em Eletrônica, Eletrotécnica, Automação, Mecânica, Mecatrônica ou em Equipamentos Biomédicos, em curso regularmente reconhecido pelo MEC, e comprovação de Registro vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).</p> <p>Possuir 4 anos de experiência como técnico na área de atuação manutenção de equipamentos médicos-assistenciais ou atuando em serviços de Engenharia Clínica com comprovação na CTPS.</p>	Técnico em manutenção e reparação de equipamentos (CBO 9153)	2	Presencial, horário comercial, segunda a sexta-feira, 40h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar os serviços técnicos de manutenção corretiva em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Acompanhar os serviços realizados em EMH por outras empresas vinculadas a <b>CONTRATANTE</b>;</li> <li>Registrar todo e qualquer serviço executado, e/ou acompanhado, em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Executar manutenção preventiva, calibração e teste de segurança elétrica dos EMH e/ou odontológicos pactuados nos Planos de Manutenção;</li> <li>Executar Rondas Setoriais, emitir e Assinar os documentos comprobatórios desta atividade;</li> <li>Executar Movimentação de equipamentos e embalagens, sempre que necessário, respeitando as limitações ergonômicas;</li> <li>Executar preparação de volumes/embalagens de equipamentos, peças ou acessórios para transporte interno ou externo;</li> <li>Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes;</li> <li>Orientar colaboradores da <b>CONTRATANTE</b> quanto à operação de EMH;</li> <li>Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de</li> </ul>

<p>Ter conhecimento básico de informática. Possuir experiência com manutenção de equipamentos médicos- assistenciais, em uma ou mais das seguintes áreas: Terapia Intensiva, Centro Cirúrgico, Oftalmologia, Análises Clínicas, Anatomia Patológica, Radiologia.</p> <p>Ter capacidade de expressar-se com clareza e objetividade, tanto na linguagem falada como escrita.</p>			semanais.	<p>natureza técnica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Efetuar a organização de arquivos técnicos;</li> <li>Identificar e cadastrar todo o sistema e equipamentos;</li> <li>Efetuar a organização do local de trabalho, como bancada técnica, ferramentas e equipamentos do setor;</li> <li>Realizar o transporte interno de equipamentos quando necessário;</li> <li>Acompanhar e Promover a capacitação do Apoio Técnico;</li> <li>Realizar a indicação de solicitação de aplicação de peças e/ou ferramentas para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li> <li>Realizar a indicação de aplicação de serviços especializados para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li> <li>Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li> <li>Seguir os fluxos estabelecidos pela <b>CONTRATANTE</b>.</li> </ul>
<p><b>Técnico em Manutenção e Reparação de Equipamentos Biomédicos - Nível I</b></p> <p>Formação em curso Técnico em Eletrônica, Eletrotécnica, Automação, Mecânica, Mecatrônica ou em Equipamentos Biomédicos, em curso regularmente reconhecido pelo MEC, e comprovação de Registro vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).</p> <p>Possuir 6 (seis) meses de experiência como técnico na área de atuação manutenção de equipamentos médicos- assistenciais ou atuando em serviços de Engenharia Clínica com comprovação na CTPS.</p> <p>Ter conhecimento básico de informática. Possuir experiência com manutenção de equipamentos médicos- assistenciais, em uma ou mais das seguintes áreas: Terapia Intensiva, Centro Cirúrgico, Oftalmologia, Análises Clínicas, Anatomia Patológica, Radiologia.</p> <p>Ter capacidade de expressar-se com clareza e objetividade, tanto na linguagem falada como escrita.</p>	Técnico em manutenção e reparação de equipamentos (CBO 9153)	2	Presencial, horário comercial, segunda a sexta-feira, 40h semanais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar os serviços técnicos de manutenção corretiva em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Acompanhar os serviços realizados em EMH por outras empresas vinculadas a <b>CONTRATANTE</b>;</li> <li>Registrar todo e qualquer serviço executado, e/ou acompanhado, em EMH e/ou odontológicos no software de gestão;</li> <li>Executar manutenção preventiva, calibração e teste de segurança elétrica dos EMH e/ou odontológicos pactuados nos Planos de Manutenção;</li> <li>Executar Rondas Setoriais, emitir e Assinar os documentos comprobatórios desta atividade;</li> <li>Executar Movimentação de equipamentos e embalagens, sempre que necessário, respeitando as limitações ergonômicas;</li> <li>Executar preparação de volumes/embalagens de equipamentos, peças ou acessórios para transporte interno ou externo;</li> <li>Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes;</li> <li>Orientar colaboradores da <b>CONTRATANTE</b> quanto à operação de EMH;</li> <li>Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de natureza técnica;</li> <li>Efetuar a organização de arquivos técnicos;</li> <li>Identificar e cadastrar todo o sistema e equipamentos;</li> <li>Efetuar a organização do local de trabalho, como bancada técnica, ferramentas e equipamentos do setor;</li> <li>Realizar o transporte interno de equipamentos quando necessário;</li> <li>Acompanhar e Promover a capacitação do Apoio Técnico;</li> <li>Realizar a indicação de solicitação de aplicação de peças e/ou ferramentas para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li> <li>Realizar a indicação de aplicação de serviços especializados para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li> <li>Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li> <li>Seguir os fluxos estabelecidos pela <b>CONTRATANTE</b>.</li> </ul>
		4	Presencial, Diurno: 12 x 36 h (2 postos de trabalho por dia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Operacionalizar a Central de Equipamentos Médico- Hospitalares; Realizar o controle do recebimento e entrega de EMH na Central de Equipamentos;</li> <li>Executar os serviços técnicos de manutenção corretiva em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Realizar a desinfecção e testes operacionais de EMH recebidos na Central de Equipamentos;</li> <li>Registrar todo e qualquer serviço executado em EMH na Central de Equipamentos;</li> <li>Notificar toda e qualquer falha em equipamentos recebidos na Central;</li> <li>Orientar colaboradores da <b>CONTRATANTE</b> quanto a operação de Equipamentos;</li> <li>Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li> <li>Seguir os fluxos estabelecidos pela <b>CONTRATANTE</b>.</li> </ul>
		2	Presencial, Diurno: 12 x 36 h (1 posto de trabalho)	
		2	Presencial, Noturno: 12x36h (1 posto de trabalho)	
		4	Presencial, horário comercial, segunda a sexta-feira, 40h semanais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar os serviços técnicos de manutenção corretiva em EMH e/ou odontológicos;</li> <li>Acompanhar os serviços realizados em EMH por outras empresas vinculadas a <b>CONTRATANTE</b>;</li> <li>Registrar todo e qualquer serviço executado, e/ou acompanhado, em EMH e/ou odontológicos no software de gestão;</li> <li>Executar manutenção preventiva, calibração e teste de segurança elétrica dos EMH e/ou odontológicos pactuados nos Planos de Manutenção;</li> <li>Executar Rondas Setoriais, emitir e Assinar os documentos comprobatórios desta atividade;</li> <li>Executar Movimentação de equipamentos e embalagens, sempre que necessário, respeitando as limitações ergonômicas;</li> <li>Executar preparação de volumes/embalagens de equipamentos, peças ou acessórios para transporte interno ou externo;</li> <li>Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes;</li> <li>Orientar colaboradores da <b>CONTRATANTE</b> quanto à operação de EMH;</li> <li>Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de natureza técnica;</li> <li>Efetuar a organização de arquivos técnicos;</li> </ul>

Auxiliar Técnico	manutenção e reparação de equipamentos (CBO 3132)		<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar e cadastrar todo o sistema e equipamentos;</li><li>• Efetuar a organização do local de trabalho, como bancada técnica, ferramentas e equipamentos do setor;</li><li>• Realizar o transporte interno de equipamentos quando necessário;</li><li>• Acompanhar e Promover a capacitação do Apoio Técnico;</li><li>• Realizar a indicação de solicitação de aplicação de peças e/ou ferramentas para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li><li>• Realizar a indicação de aplicação de serviços especializados para o Supervisor de Engenharia Clínica;</li><li>• Realizar alimentação no software de gestão/manutenção os serviços realizados;</li><li>• Seguir os fluxos estabelecidos pela <b>CONTRATANTE</b>.</li></ul>
		2	Presencial, Diurno:12 x 36 h  (1 posto de trabalho)
		2	Presencial, Noturno:12 x 36 h  (1 posto de trabalho)
<b>Obs.:</b> As exigências de experiência profissional superiores a 6 meses previstas para determinados postos encontram-se justificadas em item próprio deste Termo de Referência, considerando a complexidade técnica, a criticidade assistencial, o nível de senioridade e as responsabilidades atribuídas a cada função.			

- 7.24.11. **Justificativa para exigência de experiência superior a 6 meses**
- 7.24.11.1. A exigência de experiência profissional superior a 6 (seis) meses para determinados postos de trabalho da equipe técnica residente justifica-se pela natureza crítica, especializada e assistencialmente sensível do objeto contratado, que envolve manutenção, calibração, testes de segurança elétrica, acompanhamento técnico, rastreabilidade e apoio operacional em Equipamentos Médico-Hospitais utilizados em diagnóstico, terapia, suporte à vida e procedimentos assistenciais de média e alta complexidade.
- 7.24.11.2. A atuação em Engenharia Clínica hospitalar exige capacidade técnica progressiva, conhecimento prático de rotinas assistenciais, compreensão dos riscos associados ao mau funcionamento de equipamentos médico-assistenciais, habilidade para identificação de falhas, registro adequado das intervenções, interação com áreas assistenciais e observância de normas sanitárias, metrológicas e de segurança aplicáveis. Dessa forma, a experiência exigida visa assegurar que as atividades sejam executadas por profissionais compatíveis com o nível de complexidade e responsabilidade de cada posto.
- 7.24.11.3. Para o posto de **Encarregado/Supervisor local de Manutenção**, a exigência de experiência mínima superior a 6 meses justifica-se pela necessidade de coordenação da equipe residente, interlocução técnica com a fiscalização, organização das rotinas de manutenção, acompanhamento de indicadores, apoio ao planejamento do PGM, validação de relatórios e orientação técnica dos demais profissionais, atividades que demandam maturidade profissional e vivência prévia em Engenharia Clínica ou manutenção correlata.
- 7.24.11.4. Para o posto de **Técnico em Manutenção e Reparação de Equipamentos Biomédicos - Nível III**, a exigência de experiência ampliada justifica-se por se tratar do nível técnico de maior senioridade, destinado à execução e orientação de atividades de maior complexidade, apoio à solução de falhas recorrentes, acompanhamento de intervenções especializadas, emissão de registros técnicos qualificados e suporte à equipe nos equipamentos de maior criticidade assistencial.
- 7.24.11.5. As exigências de experiência profissional previstas neste Termo de Referência não têm por finalidade restringir indevidamente a competitividade, mas assegurar a adequada execução contratual, a segurança assistencial, a continuidade operacional dos serviços e a compatibilidade entre o perfil profissional e a criticidade das atividades atribuídas a cada posto.
- 7.24.11.6. Para o posto de **Técnico em Manutenção e Reparação de Equipamentos Biomédicos - Nível I** e para os postos de apoio administrativo, mantém-se a exigência mínima de **6 meses**, compatível com atividades de menor senioridade ou de apoio operacional, sem prejuízo da obrigatoriedade de treinamento, orientação e supervisão pela CONTRATADA.
- 7.24.11.7. Para o posto de **Técnico em Manutenção e Reparação de Equipamentos Biomédicos - Nível II**, a exigência de experiência superior a 6 meses justifica-se pela necessidade de profissional com vivência intermediária em manutenção de equipamentos médico-assistenciais, apto a executar atividades preventivas e corretivas, testes funcionais, calibrações, rondas técnicas, registros em sistema e apoio às rotinas assistenciais com menor grau de supervisão direta.
- 7.24.12. **Do preposto da contratada**
- 7.24.12.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto para representá-la perante a CONTRATANTE durante a execução contratual, com poderes para receber comunicações, tratar de questões administrativas e operacionais, acompanhar demandas da fiscalização e adotar as providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 7.24.12.2. A função de preposto não constitui posto de trabalho exclusivo e não implica dedicação exclusiva à CONTRATANTE, podendo ser exercida por profissional indicado pela CONTRATADA, inclusive pelo Supervisor de Engenharia Clínica ou por outro representante formalmente designado, desde que mantida a capacidade de atendimento tempestivo às solicitações da fiscalização contratual.
- 7.24.12.3. A designação do preposto não implicará pagamento adicional, criação de posto específico ou remuneração autônoma pela CONTRATANTE, por se tratar de encargo próprio da CONTRATADA, já contemplado na composição dos custos indiretos, despesas administrativas, tributos e lucro da proposta.
- 7.24.13. **SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS (POSTOS DE TRABALHO):**
- 7.24.13.1. Como regra, é vedado à Administração definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa CONTRATADA. Excepcionalmente, no entanto, a IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, autoriza tal fixação se a hipótese exigir a contratação de profissionais com experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente (art. 5, VI). O mesmo entendimento é apresentado pela Portaria nº 128/2014 do TCU, no que se refere ao tema, que assim dispõe em seu Art. 8, §6º: "por razões de ordem técnica, devidamente justificadas, os salários poderão ser fixados em valores superiores aos de acordos ou convenções coletivas de trabalho".
- 7.24.13.2. Este também é o entendimento do mesmo tribunal em jurisprudência, que "admite, em casos excepcionais, a fixação de salários acima do piso da categoria na contratação de serviços", porém condiciona tal ação aos seguintes requisitos: (a) "estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios"; e (b) "a realização de pesquisas de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência". Ainda, segundo o Acórdão nº 2.758/2018, do Plenário, "é preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação". (TCU, Acórdão nº 2.101/2020, do Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 12.08.2020.).Cumprir destacar que o entendimento do TCU permanece consolidado e reiterado em sua jurisprudência, conforme demonstrado no Acórdão nº 1.589/2024, do Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 07.08.2024.
- 7.24.13.3. Neste sentido, considerando que o objeto desta contratação visa, sobretudo, a manutenção de dispositivos e equipamentos médico-hospitais aplicados na terapia, diagnóstico e suporte à vida de seres humanos, torna-se imprescindível que o profissional executor de tal tarefa possua qualificação técnica e conhecimentos mínimos, de modo que os procedimentos sejam executados com confiabilidade e segurança adequados. Caso contrário, se a manutenção do equipamento médico for realizada por profissional sem experiência, as consequências de uma execução ineficiente poderão ensejar riscos elevadíssimos à saúde do paciente, ou até mesmo a sua morte.
- 7.24.13.4. Portanto, espera-se que a remuneração proposta seja superior à estabelecida pela Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul (SINTEC/RS), especialmente para aqueles com níveis mais elevados de conhecimento e qualificação. É essencial que os salários oferecidos sejam compatíveis com as qualificações exigidas para esta contratação, uma vez que os serviços de manutenção em estabelecimentos de saúde são altamente técnicos e especializados. Além disso, é imperativo evitar a rotatividade de mão de obra (turnover) para garantir que a manutenção dos diversos equipamentos não seja prejudicada, o que poderia afetar negativamente os serviços assistenciais prestados pelo HUSM. Dessa forma, busca-se evitar a descontinuidade na prestação dos serviços decorrente da rotatividade, que pode ocorrer em contratos com salários inferiores aos praticados no mercado, uma vez que é natural que as empresas busquem maximizar seus ganhos por meio da redução da remuneração da mão de obra, dado que este é um valor relevante no contrato. Tal prática pode levar à contratação de empregados menos capacitados, impactando diretamente a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- 7.24.13.5. Com fundamentação nas justificativas apresentadas, procedeu-se à pesquisa salarial por meio do portal especializado "https://www.salario.com.br/", plataforma que elabora seus estudos com base nos dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ressalta-se que o referido portal somente disponibiliza resultados quando atinge base amostral suficiente para garantir representatividade estatística e confiabilidade das informações.
- 7.24.13.6. Inicialmente, procedeu-se à pesquisa no portal salarial utilizando como parâmetro o cargo de "Técnico em Manutenção de Equipamentos e Instrumentos Médico-Hospitais". Verificou-se, porém, a ausência de dados suficientes para determinação da faixa salarial específica para o município de Santa Maria/RS e para o estado do Rio Grande do Sul. Ante essa limitação, optou-se por ampliar os parâmetros de busca, utilizando como referência o cargo de "Técnico Eletrônico", formação preferencial para atuação na manutenção de equipamentos médico-hospitais. Para este cargo, igualmente não foram obtidos dados representativos para o município de Santa Maria/RS, porém foram identificadas informações salariais de 2.082 salários para o estado do Rio Grande do Sul. Importante destacar que, na pesquisa estadual, consta expressamente o segmento de Atividades de Atendimento Hospitalar (CNAE 8610-1/01) entre os setores considerados na análise salarial, as pesquisas estão disponíveis no **ENCARTE P**.
- 7.24.13.7. Diante do exposto, adotou-se como referência a faixa salarial do cargo de Técnico Eletrônico no estado do Rio Grande do Sul. Optou-se por utilizar como parâmetro as empresas de grande porte, por serem estas as que melhor refletem a complexidade operacional do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), o qual conta com mais de 500 funcionários em seu quadro. Desse

modo, os salários pagos pela CONTRATADA aos cargos indicados abaixo deverão ser, no mínimo:

- a) **Nível I** (até 4 anos de experiência): **R\$ 3.725,44;**
- b) **Nível II** (de 4 a 6 anos de experiência): **R\$ 5.215,62;**
- c) **Nível III** (mais de 6 anos de experiência): **R\$ 6.705,80.**

7.24.13.8. Ressalta-se que isso não determina (fixa) os salários, cabendo a licitante avaliar os salários de cada categoria, obedecendo os critérios.

7.24.13.9. Para a formulação dos custos e despesas referentes aos empregados vinculados à execução contratual, deverão ser observados os benefícios, adicionais, encargos e demais condições trabalhistas previstos no instrumento coletivo de trabalho representativo da atividade econômica preponderante da empresa licitante, sem prejuízo da observância de acordo, convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei aplicável.

7.24.13.9.1. Os salários-base mínimos indicados no subitem 6.24.13.7 constituem parâmetro mínimo obrigatório para os respectivos postos de trabalho, definido pela Administração com fundamento na complexidade técnica do objeto, na criticidade assistencial dos equipamentos médico-hospitais, na necessidade de retenção de profissionais qualificados, na redução da rotatividade de mão de obra e na preservação da continuidade operacional dos serviços de Engenharia Clínica.

7.24.13.9.2. Não serão aceitas propostas que apresentem salários-base inferiores aos valores mínimos estabelecidos neste Termo de Referência para os postos correspondentes, nem benefícios, adicionais ou encargos inferiores aos mínimos legalmente exigíveis ou previstos no instrumento coletivo de trabalho aplicável à atividade econômica preponderante da licitante.

7.24.13.9.3. Caso a licitante adote instrumento coletivo diverso daquele utilizado como referência na estimativa da Administração, deverá demonstrar, em sua proposta, a compatibilidade dos benefícios, adicionais e encargos com o instrumento coletivo efetivamente aplicável, sem prejuízo da manutenção dos salários-base mínimos definidos neste Termo de Referência.

7.24.13.9.4. A indicação de sindicatos ou instrumentos coletivos utilizados na fase de planejamento possui caráter referencial para estimativa de custos, não implicando definição prévia do enquadramento sindical da empresa licitante, o qual deverá observar a atividade econômica preponderante do empregador, nos termos da legislação trabalhista e da jurisprudência aplicável.

7.24.13.10. A CONTRATANTE poderá diligenciar junto a LICITANTE a comprovação dos salários praticados para contratações similares.

7.24.13.11. A contratada deverá apresentar ao SOST HUSM-UFSM/EBSERH/HU Brasil, em até 60 (sessenta) dias do início das atividades, os documentos referentes à incidência e concessão dos referidos adicionais. Caso, após os estudos realizados pela Contratada, seja constatado a incidência do adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade, a Contratada fica obrigada a pagá-lo a seus empregados, e, nesse caso, haverá direito à revisão de preços, na forma do art. 81, inc. VI, § VI, da Lei nº 13.303/2016.

7.24.13.12. A Equipe Não Residente deverá prestar apoio na Gestão de EMH, conforme demandas solicitadas pela CONTRATANTE;

7.24.13.13. A empresa CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado por esta, a relação nominal dos profissionais de sua Equipe Residente, bem como a documentação comprobatória da qualificação destes.

7.24.13.14. A CONTRATADA deverá afastar de imediato e substituir no prazo máximo de 30 (trinta) dias, todo posto de trabalho que for apontado pela CONTRATANTE, seja por desempenho insatisfatório e/ou por comportamento considerado inadequado.

7.24.13.15. A substituição pela CONTRATADA de qualquer posto da Equipe Residente, alheia à vontade da CONTRATANTE, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE.

7.24.13.16. Em caso de afastamento de profissionais da Equipe Residente, seja por férias, licença médica ou qualquer outro motivo, a **CONTRATADA deverá providenciar a substituição imediata do colaborador**, por tempo equivalente ao afastamento, **sem que isso gere qualquer ônus adicional à CONTRATANTE**. A substituição deverá garantir a manutenção do mesmo nível de qualificação técnica e funcional exigido no Termo de Referência.

7.24.13.17. O cronograma de férias da Equipe Residente será planejado conjuntamente com o CONTRATANTE, podendo as férias serem parceladas, conforme regras estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

7.24.13.18. É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de transporte para todos os postos de trabalho. É obrigação da CONTRATADA oferecer aos seus empregados, às suas expensas e sem possibilidade de ressarcimento, cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, de modo a disponibilizar permanentemente, técnicos habilitados e qualificados para a prestação dos serviços.

7.24.13.19. O(s) Técnico(s) de Manutenção, a serem disponibilizados pela empresa deverão possuir Registro Profissional no CRT - Conselho Regional de Técnicos Industriais.

7.24.13.20. Em até 30 dias após início do contrato, deverá ser apresentado o ART no CREA/RS ou Termo de Responsabilidade técnica do Conselho regional de técnicos, do profissional responsável técnico das atividades exercidas pelos técnicos da contratada no HUSM.

7.24.14. **JORNADA DE TRABALHO - ENQUADRAMENTO E APLICAÇÃO**

7.24.14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação avaliou os postos de trabalho previstos neste Termo de Referência à luz da Portaria nº 667/2025, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 148/2026, considerando tratar-se de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.24.14.2. Para os postos residentes executados em jornada ordinária, sem adoção de escala de revezamento 12x36, 24x72 ou equivalente, será adotada jornada de **40 (quarenta) horas semanais**, distribuída de segunda-feira a sexta-feira, conforme escala definida pela **CONTRATADA** e aprovada pela **CONTRATANTE**, observados os limites legais, convencionais e as necessidades de cobertura operacional previstas neste Termo de Referência.

7.24.14.3. Os postos eventualmente executados em escala de revezamento 12x36, 24x72 ou outra escala legalmente admitida deverão ser tratados de forma segregada na planilha de custos e formação de preços, não se confundindo com os postos submetidos à jornada ordinária de 40 (quarenta) horas semanais.

7.24.14.4. Nos casos de execução mista, com coexistência de postos em jornada ordinária e postos em escala de revezamento, a planilha de custos e formação de preços deverá refletir, de forma segregada, os regimes aplicáveis, distinguindo expressamente os postos submetidos à jornada ordinária de 40 (quarenta) horas semanais daqueles mantidos em regime de escala específica.

7.24.14.5. A implementação da jornada de 40 (quarenta) horas semanais deverá ocorrer mediante definição de horários de entrada, saída e intervalo intrajornada compatíveis com a legislação trabalhista, com o instrumento coletivo aplicável e com o modelo de execução contratual, sendo vedado o aumento artificial do intervalo intrajornada ou a utilização de eventual saldo de horas para atividades não previstas neste Termo de Referência.

7.24.14.6. A definição dos horários de trabalho deverá preservar o nível de serviço, a cobertura operacional mínima, a continuidade assistencial, a fiscalização contratual e as rotinas do Setor de Engenharia Clínica e da Central de Equipamentos do HUSM/UFSM, observada a janela de cobertura presencial definida neste Termo de Referência.

7.24.14.7. A jornada ordinária de 40 (quarenta) horas semanais constitui parâmetro de dimensionamento inicial dos postos residentes previstos nesta contratação, devendo a proposta contemplar os salários-base mínimos definidos neste Termo de Referência, os benefícios, adicionais, encargos e demais custos legais e convencionais aplicáveis à execução contratual.

7.24.14.8. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no início da execução contratual, escala nominal e horários de trabalho dos profissionais alocados, compatíveis com os regimes de jornada definidos neste Termo de Referência, cabendo à fiscalização contratual verificar sua conformidade com o modelo de execução aprovado e com a cobertura mínima exigida.

7.25. **HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

7.25.1. A execução presencial das atividades ordinárias de Engenharia Clínica deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido entre **07h00 e 18h00**, mediante organização de horários escalonados dos profissionais da equipe residente, de forma a assegurar a cobertura operacional mínima definida pela CONTRATANTE, sem que tal intervalo caracterize, por si só, jornada individual contínua de trabalho.

7.25.2. A Central de Equipamentos deverá operar presencialmente 24 (vinte e quatro) horas por dia, de forma ininterrupta, incluindo sábados, domingos e feriados, mediante previsão de postos específicos em escala de revezamento legalmente admitida, devidamente segregados na planilha de custos e formação de preços.

7.25.3. A CONTRATADA deverá propor escala de trabalho para cada colaborador da equipe residente, com horários de entrada, saída e intervalo intrajornada, a ser submetida à aprovação da CONTRATANTE, de modo a assegurar a cobertura do serviço no período de 07h00 às 18h00, respeitada a jornada semanal, os intervalos legais e o instrumento coletivo aplicável.

7.25.4. A CONTRATANTE poderá solicitar ajustes nos horários de entrada e saída dos postos da equipe residente, sempre que necessário à continuidade do serviço, respeitada a jornada contratada, os intervalos legais, o instrumento coletivo aplicável e a prévia comunicação formal à CONTRATADA.

7.25.5. A frequência da equipe residente será aferida mediante fiscalização da **CONTRATANTE**, sem prejuízo dos controles próprios de responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.25.6. A CONTRATADA deverá manter diariamente no hospital o quantitativo mínimo de postos residentes previsto neste Termo de Referência, devendo eventuais ausências, atrasos ou afastamentos ser supridos em até **3 (três) horas** contadas do início da jornada programada do respectivo posto, sem prejuízo da aplicação dos descontos e sanções cabíveis quando houver prejuízo à execução contratual.

7.25.7. As faltas ao serviço, não supridas, poderão ser descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa, salvo apresentação de motivo justificável e aceito pelo Fiscal do Contrato.

7.25.8. Em demandas específicas que exijam atuação do profissional Engenheiro Clínico, formalizadas pelo Gestor do Contrato à CONTRATADA por e-mail, ofício ou outro meio formal, a CONTRATADA deverá disponibilizar o referido profissional em até **2 (dois) dias úteis** contados do recebimento da solicitação, mantendo-o à disposição até a conclusão da atividade demandada, conforme complexidade e prazo pactuado com a fiscalização contratual.

7.26. **SOBREAVISO:**

7.26.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar regime de sobreaviso técnico fora da janela de cobertura presencial definida no item 7.25.1, compreendendo o período das **18h00 às 07h00** nos dias úteis e cobertura de **24 (vinte e quatro) horas** aos sábados, domingos e feriados, para atendimento de chamados técnicos emergenciais relacionados aos Equipamentos Médico-Hospitais sob responsabilidade contratual.

7.26.2. O regime de sobreaviso deverá ser organizado pela CONTRATADA mediante escala de revezamento entre profissionais habilitados da equipe técnica, garantindo disponibilidade de acionamento fora do horário de cobertura presencial, sem prejuízo da observância da legislação trabalhista e do instrumento coletivo aplicável.

7.26.3. A escala de sobreaviso deverá ser apresentada mensalmente pela CONTRATADA à CONTRATANTE, para ciência e fiscalização, competindo à CONTRATADA assegurar sua compatibilidade com a legislação trabalhista, normas de segurança, limites de jornada, períodos de descanso e demais obrigações legais e convencionais aplicáveis.

7.26.4. As horas efetivamente trabalhadas durante o acionamento em regime de sobreaviso serão remuneradas como horas extraordinárias, conforme percentuais previstos na legislação trabalhista e no instrumento coletivo aplicável, observada a planilha de custos e formação de preços aprovada.

- 7.26.5. As horas em que o profissional permanecer em regime de sobreaviso, ainda que não acionado, serão remuneradas na forma prevista na legislação trabalhista, no instrumento coletivo aplicável e na planilha de custos e formação de preços aprovada;
- 7.26.6. Para comprovação das horas efetivamente trabalhadas durante o acionamento em sobreaviso, deverão ser observados os meios de registro definidos pela **CONTRATANTE**, incluindo registro no sistema GETS, identificação do chamado, data e horário do acionamento, horário de início do atendimento, horário de encerramento, descrição da intervenção e validação do setor requisitante ou da fiscalização contratual.
- 7.26.7. O acionamento do regime de sobreaviso deverá ser realizado através de contato telefônico ou outra forma indicada pela **CONTRATANTE**. O telefone para acionamento será indicado e fornecido à custa da CONTRATADA;
- 7.26.8. Para fins estimativos da planilha de custos, o regime de sobreaviso deverá considerar os períodos não cobertos pela equipe residente presencial, compreendidos entre **18h00 e 07h00** nos dias úteis, bem como cobertura integral aos sábados, domingos e feriados. A memória de cálculo deverá ser apresentada pela CONTRATADA de forma detalhada, discriminando dias úteis, finais de semana, feriados, horas de sobreaviso não acionadas e estimativa de horas efetivamente trabalhadas, vedada a contagem em duplicidade de períodos já contemplados na cobertura semanal.
- 7.26.9. Para fins de estimativa inicial, poderá ser considerada previsão de acionamento efetivo correspondente a até **5% (cinco por cento)** do total de horas em regime de sobreaviso, sem prejuízo da medição mensal com base nos acionamentos efetivamente realizados e devidamente comprovados.
- 7.26.10. As horas de sobreaviso deverão ser segregadas, para fins de medição e pagamento, em:
- I - horas em regime de disponibilidade, sem acionamento;
- II - e - horas efetivamente trabalhadas em razão de acionamento, observadas as regras de remuneração previstas neste Termo de Referência, na legislação trabalhista e no instrumento coletivo aplicável.
- 7.26.11. Os valores relativos ao sobreaviso e aos acionamentos efetivamente trabalhados serão pagos conforme medição mensal, mediante comprovação documental, validação pela fiscalização contratual e observância da planilha de custos e formação de preços aprovada.
- 7.26.12. A CONTRATADA deverá manter profissional técnico em regime de sobreaviso durante todos os períodos não cobertos pela equipe residente presencial, incluindo o período das **18h00 às 07h00** nos dias úteis e as **24 (vinte e quatro) horas** dos sábados, domingos e feriados, para atendimento de chamados técnicos emergenciais e demais ocorrências que possam comprometer a continuidade assistencial.
- 7.26.13. A solicitação do chamado técnico emergencial implicará o início da contagem do prazo de atendimento técnico, devendo o registro conter, no mínimo, data e horário do acionamento, identificação do solicitante, equipamento envolvido, setor, criticidade informada e descrição resumida da ocorrência.
- 7.26.14. O prazo para atendimento técnico presencial em regime de sobreaviso será definido conforme a criticidade da ocorrência, observada a seguinte classificação:
- I - ocorrência crítica com risco de interrupção assistencial imediata: atendimento presencial em até **1 (uma) hora**;
- II - ocorrência emergencial envolvendo equipamento crítico, sem risco imediato de interrupção assistencial total: atendimento presencial em até **2 (duas) horas**;
- III - demais ocorrências fora do horário presencial: avaliação remota inicial e definição de conduta, com atendimento presencial conforme necessidade técnica e pactuação com a fiscalização.
- 7.26.15. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção do regime de sobreaviso e do acionamento dos profissionais, incluindo comunicação, deslocamento, encargos trabalhistas e demais custos necessários, não incidindo ônus adicional à CONTRATANTE além daqueles previstos na planilha de custos e formação de preços aprovada.
- 7.26.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação ininterrupto para acionamento do sobreaviso pela CONTRATANTE, podendo ser utilizado telefone fixo, telefone celular, aplicativo de mensagens institucionalmente aceito ou outro meio formal aprovado pela fiscalização contratual, devendo o canal permanecer ativo e operacional durante todo o período de vigência contratual.
- 7.26.17. O acionamento do sobreaviso deverá ser classificado de acordo com a natureza e criticidade da ocorrência, considerando o risco assistencial, a disponibilidade de equipamento substituto, o impacto na continuidade do serviço, o setor demandante e a possibilidade de solução remota ou presencial.
- 7.26.18. O acionamento ocorrerá preferencialmente por telefone ou outro canal previamente indicado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, devendo todo acionamento ser posteriormente registrado no sistema GETS ou em outro sistema definido pela CONTRATANTE, para fins de rastreabilidade, medição e fiscalização.
- 7.26.19. Para fins deste Termo de Referência, considera-se ocorrência crítica aquela que envolva equipamento essencial à manutenção imediata da assistência, sem disponibilidade de equipamento substituto no setor ou na Central de Equipamentos, e cuja indisponibilidade possa comprometer atendimento cirúrgico, terapia intensiva, suporte ventilatório, esterilização, diagnóstico urgente ou outro serviço assistencial essencial. Nesses casos, o atendimento técnico presencial deverá ocorrer em até **1 (uma) hora** contada do acionamento formal do sobreaviso.
- 7.26.20. A contagem dos prazos de atendimento em regime de sobreaviso terá início a partir do acionamento formal realizado pela CONTRATANTE. A classificação da ocorrência poderá ser revista pela fiscalização contratual após análise técnica, devendo prevalecer, para fins de medição e eventual aplicação de IMR ou glosa, o registro formal da ocorrência, a criticidade do equipamento, o impacto assistencial e a disponibilidade de equipamento substituto.
- 7.26.21. O atendimento remoto poderá ser utilizado como medida inicial de triagem e orientação, desde que não substitua o atendimento presencial nos casos em que este seja tecnicamente necessário ou expressamente solicitado pela CONTRATANTE.
- 7.26.22. A CONTRATADA deverá manter registro auditável de todos os acionamentos de sobreaviso, contemplando data, horário, solicitante, equipamento, setor, classificação da ocorrência, profissional acionado, horário de chegada presencial quando aplicável, conduta adotada, horário de encerramento e validação da CONTRATANTE.
- 7.26.23. O custo do deslocamento do funcionário para realizar o atendimento em sobreaviso, fica a cargo da CONTRATADA.
- 7.26.24. A realização de horas extras depende da autorização prévia da CONTRATANTE. Somente horas extras autorizadas serão ressarcidas pelo CONTRATANTE;
- 7.26.25. As horas extras realizadas serão remuneradas pelo valor da hora normal do posto de serviço que realizou, acréscimo de 50%;
- 7.26.26. Para fins de estimativa mensal, será considerado que cada posto de serviço realizará 8 horas extras mensais;
- 7.26.27. Ressalta-se que este custo é variável, podendo ser utilizado de 0 a 100%, conforme medição mensal.

7.27. **REUNIÕES:**

- 7.27.1. Deverá ser realizada 1 (uma) Reunião mensal presencial, com a participação obrigatória do Fiscal da **CONTRATANTE** e Supervisor de Engenharia Clínica da **CONTRATADA**, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes;
- 7.27.1.1. Distribuição temporal: As reuniões mensais devem estar distribuídas ao longo dos 12 (doze) meses de vigência do contrato, de modo a assegurar o acompanhamento contínuo e regular das atividades. Não será considerado válido o cumprimento da cláusula mediante comparecimentos em períodos concentrados. Exemplo: Uma única estadia que abranja os dias 31/10 e 01/11 não configura duas visitas, mesmo que os dias pertençam a meses distintos.
- 7.27.1.2. Duração mínima: Cada reunião deve ter duração suficiente para tratar do acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos IMR, e a tratativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes
- 7.27.1.3. Todas as reuniões deverão ser registradas por meio de Atas.

7.28. **LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

- 7.28.1. As atividades deverão ser desenvolvidas nas dependências da **CONTRATANTE** - Hospital Universitário de Santa Maria, salvo casos excepcionais formalmente autorizados pela **CONTRATANTE**.

7.29. **FERRAMENTAS DA EQUIPE RESIDENTE:**

- 7.29.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de ferramentas coletivas e individuais para execução plena das atividades de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional em relação ao inicialmente previsto para a **CONTRATANTE**. Já que estão previstos na composição de custo;
- 7.29.2. Sobre o conceito de ferramentas subtende-se todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma vantagem de trabalho, e correta aplicação da ferramenta ao dispositivo/artefato a ser trabalhado, assim como seus acessórios ou consumíveis
- 7.29.3. É inadmissível o dano a EMHs ou EMAs por aplicação de ferramentas ou recursos inadequados, pela falta da ferramenta apropriada ou por dano causado por ferramenta desgastada.
- 7.29.4. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar de forma fixa, no local de prestação do serviço, as ferramentas coletivas e individuais, listadas de forma não exaustiva no **"ENCARTE I"**;
- 7.29.5. Estas Ferramentas são propriedade da **CONTRATADA**, e poderão, a critério desta, serem recolhidas ao fim da vigência do contrato.
- 7.29.6. As ferramentas poderão ser auditadas a qualquer momento pela **CONTRATANTE** no quesito inadequação ou desgaste, e deverão ser substituídas pela **CONTRATADA**.

7.30. **UNIFORMES DA EQUIPE RESIDENTE:**

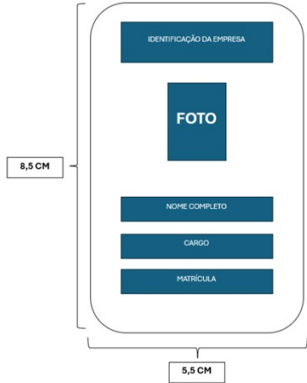
- 7.30.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de uniformes para a Equipe Residente do serviço, condizente com o ambiente e as atividades a serem desempenhadas, não incidindo nenhum ônus adicional para a **CONTRATANTE** nem para os empregados da **CONTRATADA**.
- 7.30.2. Os uniformes deverão ter a seguinte composição mínima:

ITEM	QUANTIDADE ANUAL POR FUNCIONÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA	PEÇA
1	2	Unidade	Calça comprida tipo jeans (azul escuro ou preta)
2	2	Unidade	Camisa tipo polo, manga comprida com identificação bordada ou serigrafada com a descrição Engenharia Clínica HUSM;
3	4	Unidade	Camisa tipo polo, manga curta com identificação bordada ou serigrafada com a descrição Engenharia Clínica HUSM;
4	2	Unidade	Jaqueta manga comprida, tecido acolchoado ou similar, com identificação



4				jaqueta manga comprida branca, azul claro ou cinza escuro, com acabamento bordado ou serigrafado, da Engenharia Clínica HUSM;
5	1	Unidade		Sapato EPI com CA, anatômico com solado e biqueira de acordo com a categoria profissional;
6	1	Unidade		Crachá de identificação do profissional aprovado previamente pelo contratante.
7	1	Unidade		Jaqueta com identificação bordada ou serigrafada com a descrição Engenharia Clínica HUSM.
8	2	Unidade		Blusão com identificação bordada ou serigrafada com a descrição Engenharia Clínica HUSM.

- 7.30.3. A **CONTRATADA** deverá sempre fiscalizar, e substituir periodicamente e/ou quando necessário, os uniformes da sua Equipe Residente;
- 7.30.4. A **CONTRATADA** deverá substituir os uniformes, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a comunicação formal da **CONTRATANTE**;
- 7.30.5. Caso a **CONTRATADA** já possua uniformes, esta poderá submetê-los a aprovação da **CONTRATANTE**, que poderá formalmente autorizar a utilização destes.
- 7.30.6. A **CONTRATADA** deverá providenciar o fornecimento de crachás a todos os seus empregados, contendo as seguintes informações: Identificação da empresa, foto do funcionário, nome completo, cargo e matrícula, conforme sugerido na figura 2; os crachás deverão ser compatíveis com o sistema de controle de acesso utilizado pela **CONTRATANTE** (tecnologia RFID).



**Figura 02 - Modelo sugerido de crachá**

- 7.30.6.1. Após assinatura do contrato, será informada pela contratante a frequência compatível a ser utilizada, a fim de possibilitar a confecção dos crachás.
- 7.30.6.2. A **CONTRATADA** deverá informar ao Protocolo do HUSM através de e-mail (sprot.husm@ebserh.gov.br), a relação de todos os empregados admitidos e desligados, mantendo-a atualizada sempre que houver alterações no quadro de funcionários.
- 7.30.6.3. A ativação dos crachás deverá ser realizada pelo Protocolo do HUSM, mediante a apresentação dos cartões já confeccionados pela **CONTRATADA**.
- 7.30.6.4. A emissão de crachás é restrita apenas aos funcionários da **CONTRATADA** que atuarão nas dependências do HUSM-UFSM, ficando sob responsabilidade da **CONTRATADA** a emissão, controle e orientação sobre sua utilização, inclusive quanto à imediata comunicação à **CONTRATANTE** dos funcionários desligados e das perdas, roubos e extravios de cartões, para o imediato bloqueio.

**7.31. EPIs DA EQUIPE RESIDENTE:**

- 7.31.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de EPI - Equipamentos de Proteção Individual para a Equipe Residente do serviço, condizentes com as atividades a serem desempenhadas e conforme as disposições da NR 6, que regulamento o uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI, não incidindo nenhum ônus adicional para a **CONTRATANTE** nem para os empregados da **CONTRATADA**;

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EQUIPAMENTO
1	4	Unidade	Óculos de proteção Incolor
2	4	Unidade	Óculos de proteção sobrepor incolor
3	4	Unidade	Protetor facial
4	24	Unidade	Máscara N95/PFF2
5	4	Unidade	Luvas de malha com revestimento nitrílico

- 7.31.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** a relação de EPI para cada classe profissional da Equipe Residente;
- 7.31.3. Todo e qualquer EPI deverão ser apresentados e aprovados previamente pelo SESMT/SSOST da Unidade.

**7.32. ANALISADORES E SIMULADORES DE EMH:**

- 7.32.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de analisadores e/ou simuladores para execução das atividades de Engenharia Clínica, conforme "ENCARTE I", não incidindo nenhum ônus adicional para a **CONTRATANTE**. Já que estão previstos na composição de custo;
- 7.32.2. Sobre o conceito de analisadores e/ou simuladores subte-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar;
- 7.32.3. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, e deverão sempre ser fornecidos juntamente com cópia do respectivo certificado de calibração válido e rastreável à RBC - Rede Brasileira de Calibração / Inmetro;
- 7.32.4. **Salvo os não rastreáveis, deverá ser apresentado documento que comprove não ser possível a calibração na RBC.**
- 7.32.5. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar de forma fixa, no local de prestação do serviço, os analisadores e/ou simuladores, listados no **ENCARTE I**, como instrumentos de uso regular;
- 7.32.6. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar de forma ocasional, no local de prestação do serviço, os analisadores e/ou simuladores, listados no **ENCARTE I**, como instrumentos de uso eventual;
- 7.32.7. Os analisadores e/ou simuladores eventuais deverão ser fornecidos conforme a previsão de utilização destes no Plano Anual de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica elaborado para a instituição;
- 7.32.8. Os analisadores e/ou simuladores de uso eventual, deverão ser também fornecidos mediante a solicitação formal da **CONTRATADA** para atender demandas intempestivas, devendo a **CONTRATANTE** nestes casos disponibilizar os analisadores e/ou simuladores solicitados em até 10 (dez) dias úteis após a realização da solicitação formal do instrumento por parte da **CONTRATANTE**;
- 7.32.9. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o transporte de analisadores e/ou simuladores para execução das atividades que requerem a utilização dos mesmos, não incidindo nenhum ônus adicional para a **CONTRATANTE**;
- 7.32.10. Estes analisadores são propriedade da **CONTRATADA**, e poderão, a critério desta, ser recolhidos ao fim da vigência do contrato.
- 7.32.11. Os analisadores e/ou simuladores deverão ter menos de 10 anos de fabricação.

**7.33. INSTALAÇÕES FÍSICAS**

- 7.33.1. Para execução das atividades de Engenharia Clínica, será necessário estruturar as instalações físicas nas dependências da **CONTRATANTE**;
- 7.33.2. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, dos itens para estruturar as instalações físicas nas dependências da **CONTRATANTE**, para execução do objeto deste Termo de Referência;
- 7.33.3. A especificação técnica dos itens deve ser aprovada formalmente pela **CONTRATANTE** antes do fornecimento pela **CONTRATADA**, visando garantir a qualidade mínima destes itens;
- 7.33.4. Segue a lista de itens mínimos, com quantitativo, para estruturar as instalações físicas para execução do serviço:
- 7.33.5. Segue a lista de itens, para estruturar as instalações físicas para execução das atividades de Engenharia Clínica:

a) Sala Móvel, tipo container, com ambientes técnico e administrativos, todos interligados através de portas com chave e em dimensões suficientes para acondicionar os itens aqui listados e com área de circulação de no mínimo 3 m<sup>2</sup> por posto da equipe residente. Deverá existir uma pia tipo tanque de lavar com torneira, ambos funcionais, copa adequada para que os funcionários realizem suas refeições com pelo menos geladeira, micro-ondas, bebedouro com filtro, mesas, cadeiras e lixeira. Um banheiro masculino e um feminino, cada um com pia, torneira e vaso sanitário funcionais, tendo estes banheiros acesso pelo ambiente interno por porta com chave. Todo o conjunto de ambientes deve ter acesso externo através de rampa e porta com chave, possuir climatização e iluminação compatíveis com a dimensão dos ambientes e amplitudes térmicas da localidade, extintor e devem ainda dispor de ponto para conexão de entrada de água, energia elétrica, e rede de dados, rede de gases e pontos para conexão de saída de esgoto. O container poderá ter dois andares a depender da área disponibilizada para sua instalação.

- b) A área de metrologia deve ser climatizada com temperatura de 19°C a 22°C e umidade de 40% a 60% controlada por termo-higrômetro;
- c) É de responsabilidade da CONTRATADA a construção da base de estrutura para a sala móvel, e a execução das ligações elétricas, de dados e sanitárias necessárias na sala móvel. A CONTRATANTE deverá disponibilizar os pontos de fornecimento de energia, dados, gases e água, além do fornecimento do ponto de escoamento de esgoto; deverão ser instalados medidores de água e energia elétrica, cuja leitura será realizada semestralmente, e os valores serão encaminhados para ressarcimento ao hospital universitário mediante desconto na fatura. Serão calculados com base no KWh de energia elétrica e metro cúbico de água, conforme os valores pagos pelo hospital para as concessionárias.
- d) Serão disponibilizados dois ramais telefônicos para uso no âmbito interno no hospital.
- e) 02 Impressoras Laser Coloridas multifuncionais com scanner;
- f) 01 Impressora de Etiquetas (TAGs) capaz de imprimir tipos alfanuméricos de diversos tamanhos, com ou sem código de barras ou QR code.
- g) 01 Computador para cada profissional responsável pela Gestão (Supervisor, Auxiliar, etc.).
- h) Mesa de escritório com gaveteiro de no mínimo 1500mm de largura, 740mm altura e 600mm de profundidade;
- i) No mínimo 01 (um) computador tipo notebook para cada bancada técnica com as licenças e com capacidade suficiente para rodar o pacote Office e demais demandas técnico-administrativas;
- j) Bancada técnica (com no mínimo 2 prateleiras, barra de leds e tomadas), estrutura em aço com tampo de MDF, com gaveteiro, dimensões mínimas: altura de 1800mm, largura de 1500mm e profundidade de 800mm, com iluminação local com no mínimo 500lx, mínimo de 1 (uma) tomada 110V e 4 (quatro) 220V e termo-higrômetro,
- k) Para cada 2 (duas) bancadas técnicas deverá haver um ponto de gás de oxigênio, um ponto de ar comprimido e um ponto de óxido nítrico.
- l) No mínimo 01 (um) tablet com capacidade de acesso ao sistema de Gerenciamento de Tecnologia para Saúde e coleta de assinaturas digitais por bancada técnica;
- m) 02 telefones ou celulares com linha ativa permanente para o escritório;
- n) 01 Aparelho celular com linha ativa para receber chamadas de sobreaviso, compatível com o uso do WhatsApp;
- o) 05 Rádios Móveis de Comunicação, tipo Walk-Talk de frequência que atenda a cobertura em qualquer ponto da unidade;
- p) 01 Cadeira giratória com rodízios por colaborador, por turno, observando as normas de ergonomia;
- q) Mobiliário em quantidade suficiente para armazenamento de equipamentos do tipo estantes monta carga metálica profissional com pelo menos cinco prateleiras para estoque com capacidade de carga de 150Kg por prateleira (dimensões aproximadas Altura 2500mm, largura 185mm profundidade de 600mm) e gaveteiros organizadores para partes e peças;
- r) Mobiliário fechado com chave para armazenamento dos analisadores, instrumentos e ferramentas;
- s) Mobiliário tipo arquivo para armazenamento de documentos administrativos;
- t) Armário roupeiro para armazenamento dos itens pessoais dos colaboradores com chave, com um espaço individual por colaborador, por turno.
- u) A central de equipamentos será implantada em sala específica dentro do hospital, com área aproximada de 30 m², conforme disponibilidade do Hospital. É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e manutenção da infraestrutura interna da sala, que deverá possuir: Estrutura adequada para recepção, triagem, limpeza, manutenção, armazenamento e distribuição de equipamentos médico-hospitalares; Bancadas técnicas em quantidade suficiente para as atividades previstas; Computadores com configuração adequada para gerenciamento das atividades; Mobiliário apropriado para armazenamento de equipamentos e materiais; Sistema de controle de acesso restrito a pessoal autorizado.

- 7.33.6. O local de instalação do(s) contêiner(es) será definido pela contratante, conforme a disponibilidade de espaço do hospital.
- 7.33.7. O(s) container(es) deverá(ão) ser nas cores e padrões dos containers já existentes no hospital, além de ter placa de identificação da empresa.
- 7.33.8. É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário de todo e qualquer Material de Escritório necessário para execução do serviço.
- 7.33.9. A limpeza do ambiente é de inteira responsabilidade da contratada;
- 7.33.10. Estes itens são propriedade da CONTRATADA, e poderão, a critério desta serem recolhidas ao fim da vigência do contrato.
- 7.33.11. Caso seja necessária a movimentação do container para outro local nas dependências do HUSM durante a vigência do contrato, mediante solicitação formal da CONTRATANTE, todos os custos decorrentes dessa movimentação serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

7.34. **ESTOQUE MÍNIMO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS SOBRESSALENTES**

- 7.34.1. São de responsabilidade da **CONTRATADA** a busca e registro do estoque de peças, acessórios e componentes sobressalentes novos e aproveitáveis, provenientes de reparos ou de equipamentos em desfazimento.
- 7.34.2. E de responsabilidade da **CONTRATADA** o lançamento em planilha do Estoque Mínimo de peças, acessórios, insumos e consumíveis.
- 7.34.3. A **CONTRATADA** deverá manter o local sempre limpo, organizado e seguro, e deverá acondicionar todos os itens em depósitos, armários ou prateleiras, utilizando modo de identificação padronizado e de fácil identificação e localização.
- 7.34.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar um sistema ou forma adequada de catalogação e controle destes itens, que poderão a qualquer tempo serem auditados pelo gestor do contrato.
- 7.34.5. A Equipe Não Residente deverá prestar apoio na Gestão de EMH, conforme demandas solicitadas pela **CONTRATANTE**;

8. **DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 8.1. A proposta de preço apresentada pela licitante vencedora deverá seguir a forma definida no **ENCARTE B**, observando o seguinte:
- 8.2. Apresentação dos demonstrativos de Preço Total e de Preços Unitários, na forma do **ENCARTE F**, contemplando todos os itens com preços compatíveis aos da pesquisa de mercado.
- 8.3. A licitante deverá apresentar devidamente preenchidas, a Planilha de Preços Consolidada (**ENCARTE F**), Planilha de Composição do BDI (**ENCARTE C**), Planilha de Custos e Formação de Preços (**ENCARTE E**).
- 8.4. A licitante deverá apresentar a planilha de composição do BDI sobre os serviços e materiais, conforme exposto no **ENCARTE C**.
- 8.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência. A ser declarado pelo vencedor em documento próprio.
- 8.6. Para composição da proposta deverão ser observados, no que couberem, entre outros aspectos, todos os custos pertinentes à execução dos serviços, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre o posto de trabalho, tais como: vale-transporte, vale alimentação ou outros benefícios legais concedidos; outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional; materiais e utensílios; lucro praticado pela licitante; tributos e contribuições incidentes; despesas administrativas e operacionais.
- 8.7. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a **CONTRATADA** alterar a composição de seus preços unitários.

9. **DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 9.1. O quantitativo a ser licitado é o apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1- Itens que compõem o objeto da Contratação

GRUPO	ITEM	CATSER/CATMAT	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE
1	1	16055	Serviço de Manutenção Técnica em EMA com dedicação exclusiva de Mão de Obra	Serviço	12

Tabela 2- Itens que compõem o objeto da Contratação

GRUPO	ITEM	CATSER/CATMAT	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VALOR ANUAL R\$
1	2	421275	Serviços de intermediação de fornecimento de peças e componentes, com aplicação, para serviços de manutenção de EMA.	Peças	1	2.141.091,64
	3	16055	Serviços de intermediação para subcontratação de serviços especializados de manutenção, preventiva, corretiva, calibração, qualificação, certificação, treinamento, transporte e instalação, por regime de subcontratação eventual.	Serviço	1	650.000,00

- 9.2. O quadro abaixo apresenta a supracitada Quantidade Total de Equipamentos do “**ENCARTE A - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**”, e a sugestão de **EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA** e o **VALOR ANUAL PREVISTO** para Aplicação de Peças e Serviços Especializados:

Tabela 3- Estimativa de quantitativo						
Quantidade Total Aproximada de Equipamentos do “ENCARTE A - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES” (UND)	Valor estimado do parque de equipamentos do HUSM objetos desse contrato	Sugestão de EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA				
		Supervisor Técnico	Técnico em EMH	Auxiliar Técnico em EMH	Auxiliar Administrativo	
4700	R\$ 86.000.000,00	01	13	08	02	

9.3. O Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica incluirá um **VALOR ANUAL PREVISTO** máximo correspondente a 2% (dois por cento) do valor do parque de equipamentos do hospital, cujo valor estimado se encontra na tabela acima, para a Aplicação de Peças e Serviços Especializados, a ser empregado sob demanda;

9.4. O valor máximo referente ao custo anual de aplicação de peças eventuais será de **R\$ 2.141.091,64**, incluído o BDI (ma); e o valor referente ao custo anual de aplicação de serviços especializados eventuais será de **R\$ 650.000,00**, incluído o BDI (se), e serão utilizados de acordo com a necessidade durante a vigência do contrato, sob demanda da **CONTRATANTE**. Estes valores não estão sujeitos à alteração durante o processo de lances, **devendo às licitantes ofertarem suas propostas adicionando o valor correspondente ao BDI aos itens em questão.**

9.5. O valor previsto para aplicação de peças e de serviços especializados será faturado somente quando da eventual aplicação de peça e/ou serviço, no valor global referente ao total de peças e serviços aplicados, que deverá ser comprovado por meio de relatório mensal, e com o devido atesto da **CONTRATANTE**.

9.6. A licitante deverá apresentar as planilhas de composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), na forma do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e do Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União (**ENCARTE C**):

- Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:
- I - Taxa de rateio da administração central;
- II - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e pessoalística que oneram o contratado;
- III - Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e
- IV - Taxa de lucro.

9.7. A metodologia aplicada, para dimensionar o Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica no Hospital Universitário de Santa Maria teve como base a Quantidade Total de Equipamentos do **“ENCARTE A - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES”** e a sua respectiva previsão de Custo de Manutenção com peças e serviços especializados, resultando, para o dimensionamento do serviço, na sugestão de **EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA** e no **VALOR ANUAL PREVISTO** para Aplicação de Peças e Serviços Especializados.

9.8. **Para garantir a isonomia na disputa dos lances, não serão considerados adicionais de insalubridade, periculosidade ou penosidade aos cargos citados neste termo de referência.**

10. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

- 10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.7. Ressalvado os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 10.8. **Habilitação jurídica:**
- 10.8.1. Os critérios de habilitação jurídica são aqueles definidos no instrumento convocatório.
- 10.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 10.9.1. Os critérios de habilitação fiscal, social e trabalhista são aqueles definidos no instrumento convocatório.
- 10.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 10.11. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;
- 10.12. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:
- 10.12.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.13. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

10.14. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

10.15. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.16. apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

10.17. declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

Termo de Referência - SEI 59942944

SEI 23541.000148/2025-99 / pg. 19

- 10.17.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 10.17.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 10.17.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.18. **Qualificação Técnica:**
- 10.18.1. CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa licitante, no ramo de atividade de engenharia elétrica, ou engenharia eletrônica, ou engenharia mecânica, ou engenharia biomédica, da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação;
- 10.18.2. CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), no ramo de atividade de engenharia elétrica, ou engenharia eletrônica, ou engenharia mecânica, com especialização em Engenharia Clínica ou ainda formação em ou engenharia biomédica, da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação; e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s).
- a) A empresa licitante e o(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) que não sejam registrados/inscritos no CREA do Estado do Rio Grande do Sul deverão apresentar **declaração** de que, na ocasião da assinatura do contrato, providenciarão os respectivos vistos ou registros perante o órgão regional competente, conforme normativos vigentes do Sistema CONFEA/CREA, especialmente a **Resolução CONFEA nº 1.121/2019**, ou outra que venha a substituí-la.
- 10.18.3. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (OPERACIONAL), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se atesta(m) que a empresa tenha executado prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares de tratamento e diagnóstico, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento de material, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por período não inferior a 3 (três) anos;
- 10.18.4. Para a caracterização de compatibilidade supracitada, será considerado os seguintes pontos:
- 10.18.4.1. Gestão de parque tecnológico composto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos equipamentos referenciados no **ENCARTE A**: A Prestação de serviço técnico de Engenharia Clínica em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), utilizando software dedicado de gestão de Engenharia Clínica compatível com o especificado neste Termo de Referência, para manutenção corretiva e preventiva em parque composto por no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos tipos de equipamentos referenciados no **“ENCARTE A”** e calibração de parque de composto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos tipos de equipamento, referenciados no **ENCARTE A** como com incidência de calibração;
- 10.18.4.2. Gestão de EMAs em Hospitais Públicos ou Privados com, no mínimo, 300 (trezentos) leitos, com uso de sistema informatizado (software de gestão de equipamentos médicos-assistenciais fornecido pelo HUSM);
- 10.18.4.3. Manutenção preventiva, corretiva e emergencial de equipamentos médicos, contemplando pelo menos os seguintes aparelhos: autoclave, esfigmomanômetro, centrífuga, balança, estufa, eletrocardiógrafo, foco cirúrgico, oxímetro de pulso, mesa cirúrgica, monitor multiparamétrico, ventilador pulmonar, aparelho de anestesia, bisturi eletrônico, cardioversor, incubadora neonatal e bento aquecido;
- 10.18.4.4. Calibração, com emissão de certificados rastreáveis aos órgãos competentes, de pelo menos dos seguintes equipamentos: estufas, esfigmomanômetros, centrífugas, Página 9 de 81 agitadores, balanças, berços aquecidos, bisturis eletrônicos, cardioversores, Eletrocardiógrafos, Monitores de Sinais Vitais, Refrigeradores e Ventiladores Pulmonares;
- 10.18.4.5. Teste de Segurança Elétrica em equipamentos eletromédicos;
- 10.18.4.6. Treinamento operacional em equipamentos médicos;
- 10.18.4.7. Montagem, desmontagem e instalação de equipamentos médicos-assistenciais.
- 10.18.5. **Justificativa das exigências específicas de capacidade técnica operacional**
- 10.18.5.1. As exigências de comprovação de capacidade técnica operacional previstas nos subitens anteriores não se limitam à demonstração genérica de aptidão para gestão de mão de obra, pois o objeto da presente contratação envolve solução técnica especializada de Engenharia Clínica, com execução continuada de atividades críticas relacionadas à manutenção, calibração, teste de segurança elétrica, rastreabilidade, gestão de parque tecnológico, apoio técnico-operacional e suporte à continuidade assistencial do HUSM/UFSM.
- 10.18.5.2. A exigência de atestados que comprovem experiência em serviços específicos de Engenharia Clínica justifica-se pela natureza do objeto, que envolve intervenção direta em Equipamentos Médico-Hospitalares utilizados em diagnóstico, terapia, suporte à vida, centro cirúrgico, terapia intensiva, neonatologia, laboratórios, diagnóstico por imagem e demais áreas assistenciais sensíveis. A execução inadequada desses serviços pode gerar indisponibilidade de equipamentos, prejuízo à continuidade da assistência, riscos à segurança de pacientes e profissionais, falhas de rastreabilidade, não conformidades sanitárias e aumento de custos operacionais.
- 10.18.5.3. A comprovação de experiência em gestão de parque tecnológico, manutenção preventiva e corretiva, calibração, teste de segurança elétrica, treinamento operacional, montagem, desmontagem e instalação de equipamentos médico-assistenciais mostra-se necessária para assegurar que a licitante possua conhecimento técnico, estrutura operacional, capacidade de resposta e maturidade organizacional compatíveis com a complexidade do objeto.
- 10.18.5.4. Tais exigências são proporcionais e pertinentes ao objeto contratado, não se destinando a restringir indevidamente a competitividade, mas a resguardar a Administração quanto à contratação de empresa efetivamente apta a executar serviços especializados em ambiente hospitalar de média e alta complexidade. Dessa forma, busca-se mitigar riscos assistenciais, operacionais, regulatórios e patrimoniais, em consonância com os princípios da eficiência, segurança, economicidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa.
- 10.19. Se o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá minimamente comprovar que tenha executado contrato(s) em 50% do número de postos da contratação, conforme Acórdão TCU n.º 1.604/2025-Plenário.
- 10.19.1. Será ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme a IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 10.19.2. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- 10.19.3. Deverão constar, preferencialmente, no(s) atestado(s) expedido(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de prestação; nome do CONTRATANTE e pessoa jurídica e da pessoa jurídica CONTRATADA; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados (somente para a comprovação operacional da licitante).
- 10.19.4. Todos os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB);
- 10.19.5. Será ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme a IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 10.19.6. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH/HU Brasil, assim como nas previstas na Lei nº 13.303/2016, no Código Penal, no Código Civil e no Código da Defesa do Consumidor;
- 10.19.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 10.19.8. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, por período não inferior a 3 (três) anos.
- 10.19.9. Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.
- 10.19.10. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 10.19.11. A licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, expondo dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços; reservando-se o direito do (a) Agente de Licitações de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente;
- 10.19.12. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH/HU Brasil, assim como nas previstas na Lei nº 13.303/2016, no Código Penal, no Código Civil e no Código da Defesa do Consumidor;
- 10.19.13. Justifica-se o acúmulo de tempo de contratação de serviços pelo prazo não inferior a 03 (três) anos, pelo fato deste tipo de atividade ser considerada como de alta complexidade, impactando diretamente na disponibilidade e na qualidade dos serviços assistenciais, e refletindo no atendimento ao usuário.
- 10.20. A licitante deverá apresentar declaração com a indicação do profissional que será o responsável técnico pela execução contratual dos serviços. Para fins de habilitação técnico-profissional, deverá ser apresentado **Atestado de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico - CAT**, com registro da respectiva ART, emitida pelo conselho profissional competente, comprovando que o profissional indicado possui experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.
- 10.20.1. Para fins de comprovação de compatibilidade técnico-profissional, serão considerados pertinentes os atestados que demonstrem atuação do responsável técnico em serviços de Engenharia Clínica ou manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares em Estabelecimento Assistencial de Saúde, abrangendo, no mínimo, atividades de manutenção preventiva e corretiva, gestão ou apoio à gestão de parque tecnológico, rastreabilidade das intervenções, calibração e/ou teste de segurança elétrica de equipamentos médico-assistenciais;
- 10.20.2. A comprovação técnico-profissional deverá demonstrar experiência compatível com a complexidade do objeto, admitindo-se serviços executados em ambiente hospitalar ou estabelecimento assistencial de saúde com parque tecnológico diversificado, contemplando equipamentos utilizados em diagnóstico, terapia, suporte à vida, centro cirúrgico, terapia intensiva, laboratórios ou áreas assistenciais correlatas;
- 10.20.3. Será admitida a substituição do responsável técnico por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE e acompanhada da documentação comprobatória correspondente.
- 10.21. Declaração de que a empresa possuirá, até o momento da assinatura do contrato, certificado de autorização para realizar conserto e manutenção em esfigmomanômetros e balanças, emitido pelo IPEN/INMETRO, conforme portarias aplicáveis e suas alterações.
- 10.22. Declaração de que a empresa apresentará, até o momento da assinatura do contrato, cópias autenticadas dos Certificados de Calibração RBC vigentes, dentro da validade, de todos os analisadores

relacionados no ENCARTE I.

10.22.1. A exigência de observância às normas do **INMETRO** e da **Rede Brasileira de Calibração - RBC**, bem como de apresentação de certificados de calibração vigentes dos analisadores relacionados no Encarte I, justifica-se pela essencialidade desses instrumentos para a execução segura, rastreável e tecnicamente confiável dos serviços de Engenharia Clínica, especialmente nas atividades de calibração, teste de segurança elétrica, verificação funcional e avaliação de desempenho de Equipamentos Médico-Hospitalares.

10.22.2. Os analisadores, simuladores e instrumentos de medição utilizados pela CONTRATADA servirão como referência técnica para aferir parâmetros de funcionamento de equipamentos utilizados em diagnóstico, terapia, suporte à vida, centro cirúrgico, terapia intensiva, neonatologia, laboratórios e demais áreas assistenciais críticas. Assim, a ausência de calibração rastreável ou de conformidade metrológica pode comprometer a confiabilidade dos resultados, gerar registros técnicos inconsistentes, dificultar a rastreabilidade das intervenções e aumentar o risco assistencial, sanitário e patrimonial.

10.22.3. A exigência relativa ao **IPEM/INMETRO** para conserto e manutenção de esfigmomanômetros e balanças justifica-se pela natureza metrológica desses equipamentos, utilizados para mensurações clínicas que subsidiam condutas assistenciais. A manutenção ou verificação inadequada desses instrumentos pode gerar medições incorretas, com potencial impacto na segurança do paciente e na qualidade da assistência.

10.22.4. A exigência de delimitação mínima da experiência técnico-profissional justifica-se pela criticidade assistencial dos equipamentos abrangidos pelo contrato, pela necessidade de responsabilidade técnica efetiva sobre serviços especializados de Engenharia Clínica, pela segurança dos pacientes e profissionais, pela rastreabilidade das intervenções e pela mitigação de riscos operacionais, sanitários e patrimoniais à Ebserh/HU Brasil;

10.22.5. Tais exigências não têm por finalidade restringir indevidamente a competitividade, mas assegurar que a execução contratual ocorra com instrumentos tecnicamente confiáveis, certificados e rastreáveis, garantindo qualidade, segurança, desempenho suficiente do objeto, conformidade metrológica e adequada fiscalização pela CONTRATANTE.

10.23. Declaração de que a empresa apresentará, até o momento da assinatura do contrato, cópias dos Procedimentos Operacionais Padrão — POPs — de utilização de todos os analisadores relacionado.

10.24. Se necessário a CONTRATANTE designará representantes técnicos em diligência na sede das Participantes, objetivando avaliar as informações das declarações apresentadas, além de comprovar a veracidade de quaisquer documentos. O resultado da avaliação faculta a CONTRATANTE inabilitar as empresas visitadas.

10.25. Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, de que a empresa ou qualquer de seus sócios e responsáveis técnicos perante o CREA não representam, comercializam ou têm qualquer relação de exclusividade comercial com fabricantes, distribuidores ou fornecedores de equipamentos médicohospitalares; visando oferecer total isenção nos serviços a serem contratados;

10.26. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, será **facultado** ao licitante realizar vistoria técnica nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 17h, mediante agendamento prévio junto ao Setor de Engenharia Clínica, com pelo menos 48 horas de antecedência.

10.27. Considerando a complexidade e a quantidade de equipamentos a serem cobertos por este contrato (mais de 2500), o estado de depreciação pelo longo tempo sem manutenção preventiva por equipe própria ou terceirizada (aproximadamente há 5 anos), como também, o estado das instalações prediais (o prédio foi inaugurado em 1969) e deslocamentos dos técnicos e equipamentos eventualmente transportados entre seus locais e a oficina do SEC, demandas por profissionais, ferramentas, aparelhos para reparos e analisadores, materiais técnicos e administrativos, infraestrutura de bancadas, computadores, comunicação, etc., é necessária a realização de vistoria ao local. Cada empresa interessada deverá conhecer onde serão executados os serviços, examinar as áreas, tomar ciência do estado de conservação dos equipamentos e do prédio, eventuais dificuldades para execução dos serviços, de modo que não serão atendidas solicitações sob argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados da especificação. O HUSM não pode ser prejudicado por uma prestação de serviço mal dimensionado e/ou mal planejado e consequentemente ineficaz.

10.27.1. A ausência de realização da vistoria técnica não poderá ser utilizada posteriormente pela licitante ou pela contratada como justificativa para desconhecimento das condições locais de execução do objeto, tampouco para pleitear reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimos indevidos ou alteração das obrigações previstas neste Termo de Referência..

10.27.2. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pelo correto dimensionamento de sua proposta.;

10.27.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo- se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

10.28. Os licitantes que realizarem a vistoria deverão apresentar, no certame, a Declaração de Vistoria, conforme modelo constante no **ENCARTE H**, assinada por representante da licitante e do HUSM/UFSM. Os licitantes que não realizarem a vistoria deverão apresentar declaração de pleno conhecimento das condições locais e das peculiaridades da execução contratual..

10.28.1. A vistoria é recomendada para que a empresa se certifique das condições em que se encontra o parque tecnológico do hospital, a situação dos contratos existentes, de modo a realizar o correto dimensionamento da sua proposta.

10.28.2. O dimensionamento incorreto prejudicará o HUSM por risco de não atender plenamente ao objeto desta contratação. Neste caso, serão aplicadas sanções previstas neste TR e as cabíveis legalmente. Até a rescisão contratual e abertura de processo de apuração de responsabilidades se for o caso.

10.28.3. Os custos inerentes a vistoria correm por conta das empresas interessadas no certame.

11. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	PTR(S)	FONTE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA
10302501885850043	172853	6153000300	026443	02	33 90 39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

11.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

12. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

12.1. A equipe de fiscalização contratual e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida:

- a) Reuniões presenciais de trabalho;
- b) Telefonemas;
- c) Videoconferências; e
- d) Mensagens eletrônicas (e-mail ou comunicadores instantâneos) e/ou correspondências oficiais.

12.2. Os atestes serão realizados apenas para os serviços efetivamente prestados, devidamente comprovados e em conformidade com o especificado neste Termo de Referência.

12.3. O pagamento dos serviços prestados pela contratada será efetuando mensalmente, tendo o valor fixo, independente da quantidade de intimações disponibilizadas.

12.4. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

12.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

12.6. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura juntamente com os documentos inerentes à sua regularidade jurídica e fiscal, em especial com a Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, esta em substituição às duas últimas, do FGTS, do INSS e da Dívida Ativa da União.

12.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.8. O HUSM-UFSM poderá reter os valores a serem pagos à CONTRATADA, quando esta não cumprir todas as exigências pactuadas, os encargos fiscais e trabalhistas, bem como descontar do pagamento os valores relativos às multas aplicadas.

12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Ebserh/HU Brasil, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a variação do INPC/IBGE ocorrida no período.

12.10. Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

12.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

13. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

13.1. Conforme a IN 05/2017, emitida pelo MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da **CONTRATADA**, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, desta forma, os critérios de aferição de resultados deverão ser preferencialmente dispostos na forma de INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR;

13.2. O IMR é uma disposição, pactuada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, que define critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos;

13.3. Seguindo as orientações da IN 05/2017, os Indicadores definidos para adoção do IMR do objeto deste Termo de Referência foram elaborados com base em critérios objetivos de mensuração de resultados, a serem aferidos através de software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, possibilitando à **CONTRATANTE** verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

- 13.4. Os indicadores de desempenho, a serem utilizados para mensuração do nível do serviço estão descritos no “ENCARTE G”.
- 13.5. Os indicadores de desempenho do IMR do objeto deste Termo de Referência poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através de Termo Aditivo de contrato.
- 13.6. No Modelo de IMR, o Valor do Serviço é estabelecido quando da contratação, com base no Valor Mensal do Serviço da proposta da **CONTRATADA**, porém o Valor Mensal do Serviço, a ser faturado, é calculado com base nos resultados alcançados pela **CONTRATADA** na prestação do serviço. Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação das propostas, corresponderão aos valores máximos a serem faturados na hipótese da **CONTRATADA** atingir as metas de todos os indicadores pactuados no IMR.
- 13.7. A frequência de aferição do IMR será mensal, devendo a **CONTRATADA** emitir relatório sintético dos indicadores supracitados, apresentando-o à **CONTRATANTE** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.
- 13.8. A tabela 10 abaixo apresenta o Método de Cálculo da Parcela do Valor Mensal do Serviço, a ser faturado, utilizando os Indicadores de Desempenho do IMR do objeto deste Termo de Referência. Onde “VS” é o Valor do Serviço, sendo este a parcela mensal do valor de serviço apresentada na proposta da **CONTRATADA**, e “VR” é o Valor de Redução, a ser aplicado no mês, incidente apenas sobre o Valor do Serviço:

Tabela 10 – Cálculo da parcela do valor mensal do serviço.		
MÉTODO DE CÁLCULO DA PARCELA DO VALOR MENSAL DO SERVIÇO		
INDICADOR	ANÁLISE DO DESEMPENHO MENSAL	VR
01	TEMPO MÉDIO PARA REALIZAÇÃO DO 1º ATENDIMENTO TÉCNICO (TMA) ≤ 2 horas	0%
	TEMPO MÉDIO PARA REALIZAÇÃO DO 1º ATENDIMENTO TÉCNICO (TMA) > 2 horas	3%
02	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO PARA EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE ALTA ≥ 90,00%	0%
	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO PARA EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE ALTA < 90,00%	3%
03	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO PARA EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE MÉDIA E BAIXA ≥ 90,00%	0%
	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO PARA EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE MÉDIA E BAIXA < 90,00%	3%
04	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO COM SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS ≥ 90,00%	0%
	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO COM SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS < 90,00%	3%
05	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO COM COMPRA DE MATERIAL ≥ 90,00%	0%
	PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONCLUÍDOS NO PRAZO COM COMPRA DE MATERIAL < 90,00%	3%
06	ADESÃO AO CUMPRIMENTO DE MANUTENÇÃO PROGAMADA ≥ 95,00%	0%
	ADESÃO AO CUMPRIMENTO DE MANUTENÇÃO PROGAMADA < 95,00%	3%
07	PERFORMANCE DE TREINAMENTOS (PT) ≥ 90,00 %	0%
	PERFORMANCE DE TREINAMENTOS (PT) < 90,00 %	3%
08	PERCENTUAL RESOLUTIVIDADE DA EQUIPE INTERNA (PRI) ≥ 85,00 %	0%
	PERCENTUAL RESOLUTIVIDADE DA EQUIPE INTERNA (PRI) < 85,00 %	3%
09	TEMPO MÁXIMO DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≤ 90 DIAS	0%
	91 DIAS ≤ TEMPO MÁXIMO DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≤ 120 DIAS	2%
	121 DIAS ≤ TEMPO MÁXIMO DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≤ 150 DIAS	3%
	TEMPO MÁXIMO DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≥ 151 DIAS	4%
10	PERCENTUAL DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≤ 15,00 %	0%
	15,00% < PERCENTUAL DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≤ 20,00%	1%
	20,00% < PERCENTUAL DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES ≤ 25,00%	2%
	PERCENTUAL DE ORDENS DE SERVIÇO PENDENTES > 25,00%	3%
11	TAXA DE PREENCHIMENTO DE SOFTWARE ≥ 90%	0%
	TAXA DE PREENCHIMENTO DE SOFTWARE < 90%	3%
12	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE ALTA ≥ 90%	0%
	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS DE CRITICIDADE MÉDIA E BAIXA < 90%	3%
13	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS NÃO CRÍTICOS ≥ 90%	0%
	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS NÃO CRÍTICOS < 90%	3%
VALOR TOTAL DE REDUÇÃO:		Σ VR
VALOR MENSAL DO SERVIÇO:		(100% - (Σ VR)) x VS

- 13.9. Conforme o IMR pactuado, o pagamento à **CONTRATADA**, referente à parcela de serviço, poderá variar de 100% do valor mensal do serviço contratado, caso a **CONTRATADA** atinja as metas de todos os indicadores pactuados, até 60% do valor mensal do serviço contratado, caso a **CONTRATADA** não atinja as metas de nenhum dos indicadores pactuados.
- 13.10. Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a **CONTRATADA** superar as metas previstas, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.
- 13.11. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
  - b) não configure descaracterização do objeto contratado.

14. DO INÍCIO DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

15. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 15.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.
- 15.2. O Contrato terá vigência de **1 (um) ano**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de **5 (cinco) anos**.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Será admitida a subcontratação parcial de serviços, quando estes forem especializados, observadas todas as exigências previstas no instrumento convocatório, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da **CONTRATADA**, a quem caberá transmitir à(s) **SUBCONTRATADA(s)** todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução. Como exemplo, a validação de autoclaves e qualificação de redes frigoríficas poderão ser subcontratados, dentre outros.
- 16.2. Na execução do objeto contratual, a **CONTRATADA** poderá subcontratar a execução dos serviços especializados, desde que a **SUBCONTRATADA** atenda aos requisitos habilitatórios constantes deste Termo de Referência, sem que haja qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.
- 16.3. A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação, pela **CONTRATANTE**, das exigências constantes do contrato, do edital e de seus anexos, em relação à documentação exigida dos subcontratados. A **CONTRATANTE** analisará, caso a caso, as empresas e profissionais indicados pela **CONTRATADA** para executar serviços mediante subcontratação e manifestar-se-á, por escrito, quanto à possibilidade de aprovação de tais subcontratações. Eventuais recusas serão devidamente justificadas pela **CONTRATANTE**.
- 16.4. Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo, ou de forma incorreta, da documentação dos subcontratados pela **CONTRATADA**, que acarretem prejuízos ao prazo de execução do objeto, será de responsabilidade da **CONTRATADA**, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.
- 16.5. Durante o período da subcontratação, a(s) **SUBCONTRATADA(s)** deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica.
- 16.6. A substituição pela **CONTRATADA** do(s) eventual (ais) subcontratado(s), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da **CONTRATANTE**, devendo o(s) substituto(s) apresentar (em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 16.7. A **CONTRATADA** deverá incluir, em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à **SUBCONTRATADA** repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

17. EMPRESAS EM CONSÓRCIO

- 17.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio no pregão em tela, uma vez que o objeto não apresenta alto grau de complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Inclusive,

existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste termo de referência.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

19.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.

19.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

19.3. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

19.4. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

19.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

19.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

19.7. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.

19.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

19.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh/HU Brasil à CONTRATADA; e

19.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

19.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.

19.11.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

19.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh/HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Ebserh/HU Brasil.

19.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

19.15. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.15.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

19.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/ 2022.

19.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

19.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

19.16.2. A Ebserh/HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

19.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh/HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

19.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

19.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

19.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

19.18. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

19.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

19.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

19.21. Da adoção da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação

19.21.1. Considerando que a presente contratação envolve serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração avaliou os mecanismos de controle do cumprimento das obrigações trabalhistas previstos no art. 187, inciso V, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, especialmente a adoção da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e o Pagamento pelo Fato Gerador.

19.21.2. Após análise de custo-benefício, entende-se adequada a adoção da **Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação**, por se tratar de mecanismo que permite maior controle preventivo sobre as provisões trabalhistas de maior impacto financeiro, especialmente 13º salário, férias, 1/3 constitucional de férias, multa sobre FGTS e encargos incidentes, reduzindo o risco de inadimplemento trabalhista ao final ou durante a execução contratual.

19.21.3. A opção pela Conta-Depósito Vinculada mostra-se compatível com a natureza da contratação, que envolve equipe residente, dedicação exclusiva de mão de obra, execução continuada e risco trabalhista relevante em razão do quantitativo de postos alocados. O mecanismo contribui para resguardar a Administração, os trabalhadores vinculados à execução contratual e a continuidade dos serviços de Engenharia Clínica, sem afastar a fiscalização administrativa e contratual ordinária.

19.21.4. Embora o Pagamento pelo Fato Gerador também seja mecanismo possível, a adoção da Conta-Depósito Vinculada apresenta, para esta contratação, maior previsibilidade, rastreabilidade e segurança no provisionamento das obrigações trabalhistas, especialmente diante da duração contratual, da possibilidade de prorrogação e da essencialidade dos serviços prestados em ambiente hospitalar. Eventuais custos operacionais associados à conta vinculada deverão ser avaliados e, se incidentes, tratados conforme as regras aplicáveis à operacionalização bancária e à planilha de custos e formação de preços.

19.21.5. Dessa forma, justifica-se a adoção da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação como medida de controle do cumprimento das obrigações trabalhistas, em detrimento do Pagamento pelo Fato Gerador, por se revelar, no caso concreto, solução mais adequada sob os aspectos de prevenção de risco, rastreabilidade, proteção dos trabalhadores, continuidade operacional e segurança da Administração.

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

20.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da CONTRATADA, será adotada a **Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação**, nos termos do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, no que couber, observadas as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no **Encarte M - Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação** e no **Encarte N - Autorização para Criação de Conta Vinculada para a Quitação de Obrigações Trabalhistas**.

20.2. As provisões trabalhistas abrangidas, a forma de movimentação, a autorização da CONTRATADA, a operacionalização junto à instituição financeira, o tratamento de eventuais tarifas bancárias, a comprovação dos pagamentos e a liberação do saldo remanescente observarão as disposições constantes dos referidos encartes e do instrumento contratual.

20.3. A adoção da Conta-Depósito Vinculada não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias decorrentes da execução contratual, nem prejudica a fiscalização administrativa a ser realizada pela CONTRATANTE.

21. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

22. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 22.1.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 22.2.

O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 22.3.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 22.4.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 22.5.

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 22.6.

Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 22.7.

Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 22.7.1.

o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 22.7.2.

o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 22.8.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 22.9.

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 22.10.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 22.11.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 22.12.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 22.13.

Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 22.14.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 22.14.1.

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 22.14.2.

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 22.14.3.

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 22.14.4.

Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 22.14.5.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 22.15.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser a CONTRATADA comunicada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 22.16.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 22.17.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

23. DAS SANÇÕES

23.1. Com Fundamento no Art. 111 do Regulamento de Compras e Contratos da EBSE RH/HU Brasil, pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh/HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I -

Advertência;
- II -

Multa, na forma prevista no instrumento convocatório;
- III -

Suspensão Temporária de participação em licitação e Impedimento de contratar com a EBSE RH/HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

23.1.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EBSE RH/HU Brasil ou cobrada judicialmente.

23.1.2. As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

23.1.3. Poderá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

23.2. A sanção de **Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSE RH/HU Brasil** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I -

Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II -

Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III -

Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh/HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV -

Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V -

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI -

Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII -

Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII -

Não mantiver a proposta;
- IX -

Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X -

Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

23.3. Multas aplicáveis:

- a) **0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento)** por dia sobre o valor adjudicado do item inexecutado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) **0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento)** sobre o valor adjudicado do item inexecutado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- b) **0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento)** sobre o valor adjudicado do item inexecutado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) **0,2% a 3,2% por dia sobre o valor adjudicado do item inexecutado**, conforme detalhamento constante das tabelas 11 e 12, abaixo; e
- d) **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- e) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 6 e 7:

Tabela 6	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% sobre o valor mensal do contrato

Tabela 7			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fornecer informação pérdua de serviço.	4	Por ocorrência
2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência



3	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	2	Por ocorrência
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
6	Retirar do HUSM quaisquer materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia da fiscalização técnica.	1	Por item e por ocorrência
7	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da fiscalização técnica.	1	Por empregado e por dia
8	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	2	Por empregado e por dia
9	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos.	3	Por empregado e por dia
10	Subcontratar quaisquer serviços sem autorização prévia da fiscalização do contrato.	2	Por ocorrência
11	Apresentar preposto sem treinamento, qualificação e/ou remuneração compatíveis com a função.	3	Por ocorrência e por dia
12	Deixar de aprovar junto aos fornecedores e em prazo superior a 2 dias úteis, quaisquer subcontratações ou aquisições de materiais de alto custo autorizados pela Fiscalização.	2	Por ocorrência
13	Deixar de manter atualizado o sistema informatizado (software) de gerenciamento dos equipamentos médico-hospitalares (Ex: ausência de informações técnicas dos serviços executados em ordens de serviço, chamados pendentes de manutenção corretiva sem registro em ordem de serviço, execução/conclusão de quaisquer tipos de intervenções técnicas sem o devido registro destas em ordens de serviço).	1	Por ocorrência
14	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	1	Por dia e por unidade de atendimento
15	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	1	Por empregado e por dia
16	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1	Por empregado e por dia
17	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	1	Por ocorrência
18	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	2	Por empregado e por dia
19	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	2	Por item e por ocorrência
20	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos e supervisores previstos no presente Termo de Referência.	2	Por ocorrência
21	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto no presente Termo de Referência.	2	Por ocorrência
22	Deixar de apresentar, nos prazos determinados, Plano Básico de Manutenção Preventiva, Cronograma de Manutenção Preventiva, Inventário dos Equipamentos, Plano Anual de treinamentos.	3	Por ocorrência
23	Não manter as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação que norteou a contatação.	3	Por ocorrência
24	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho.	4	Por ocorrência
25	Deixar de pagar os salários aos funcionários até o 5º dia útil de cada mês	2	Por dia
26	Deixar de pagar o vale transporte e/ou auxílio alimentação aos funcionários até o último dia útil de cada mês, por funcionário	1	Por funcionário
27	Deixar de apresentar qualquer dos documentos solicitados no Encarte K até a data estipulada ou apresentar os documentos em desacordo com o solicitado, por dia.	1	Por dia
28	Deixar de recolher as contribuições sociais da Previdência Social e/ou o FGTS dos empregados por funcionário.	3	Por funcionário
29	Deixar de pagar qualquer adicional, benefício ou direito trabalhista conforme determinado pela legislação vigente não mencionados nesta tabela por funcionário.	2	Por funcionário
30	Deixar de comparecer às reuniões presenciais previstas no Termo de Referência, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado.	5	Por ocorrência

23.4. A aplicação de qualquer das sanções administrativas previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 9.784, de 1999, além das previstas nos art. 111 e 112 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh/HU Brasil.

23.4.1. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

23.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh/HU Brasil, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

23.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Contratante;

23.7. A Ebserh/HU Brasil deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

23.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de qualquer das sanções administrativas previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 9.784, de 1999, além das previstas no Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil.

24. DO PREÇO

24.1. O preço deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste Termo de Referência.

25. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÔMICA

25.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

25.2. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

25.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

25.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

25.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

25.5.1. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

25.5.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

25.5.3. Realizar a logística reversa, quando aplicável, dos resíduos gerados na execução deste contrato, especialmente equipamentos eletrônicos, baterias e componentes, devendo coletar, transportar e destinar os resíduos a operadores licenciados pelos órgãos ambientais competentes, arcando com todos os custos decorrentes.

25.5.4. Sustentabilidade Social

- a) A contratada deverá observar integral respeito às normas trabalhistas, à saúde e segurança do trabalho, e aos direitos dos trabalhadores envolvidos na execução contratual;
- b) Recomenda-se, sempre que possível, a valorização da mão de obra local, bem como a adoção de políticas de inclusão, diversidade e responsabilidade social.

25.5.5. Sustentabilidade Econômica

- a) Será priorizada a adoção de soluções que considerem o custo do ciclo de vida dos bens e serviços contratados, buscando durabilidade e menor frequência de substituições;

b) Produtos e serviços devem demonstrar eficiência no uso de recursos, minimizando desperdícios, custos operacionais e a necessidade de manutenções corretivas recorrentes.

25.6. **Justificativa e Aplicabilidade**

- 25.6.1. Os critérios acima foram elaborados com base em práticas consolidadas de contratações sustentáveis no setor público, evitando exigências genéricas e resguardando a competitividade do certame, conforme art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 10.388/2020.
- 25.6.2. A comprovação do atendimento poderá ser realizada por meio de documentação técnica, certificações ambientais ou diligência da contratante, nos termos do art. 8º do mesmo decreto.

26. **ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 26.1. O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

(assinado eletronicamente)

**ODAIR MOREIRA**

Chefe do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/HUSM - Coordenador

**CLAUDIO**

Engenheiro Clínico do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/HUSM - Integrante técnico

**RAFAEL ALVES BECKER**

Assistente administrativo do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/HUSM - Integrante técnico

**JULIANO DA SILVA REIS**

Assistente administrativo da Unidade de Contratos - UCL/SAD/DAF/GAD/HUSM - Integrante administrativo

**CLAUDIO BASTOS**

Contador - UFAC/SAD/DAF/GAD/HUSM - Integrante administrativo

27. **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 27.1. Gerência Administrativa e Superintendência do Hospital Universitário de Santa Maria.

(assinado eletronicamente)

**GUILHERME LOPES WEISS**

Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar da EBSEH - HUSM

**JOSÉ CARLOS SEGALLA**

Gerente Administrativa da EBSEH - HUSM



Documento assinado eletronicamente por **Odaír Moreira, Chefe de Setor**, em 06/05/2026, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Alves Becker, Assistente Administrativo**, em 06/05/2026, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Rodrigues do Nascimento, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 06/05/2026, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Segalla, Gerente**, em 06/05/2026, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Bastos, Contador(a)**, em 06/05/2026, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliano da Silva Reis, Chefe de Unidade**, em 06/05/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Lopes Weiss, Chefe de Divisão**, em 06/05/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59942944** e o código CRC **C8B9E414**.

**Referência:** Processo nº 23541.000148/2025-99 SEI nº 59942944